

02 MENSAGEM DE NATAL

04 REFERÊNCIAS ELOGIOSAS

05 EDITORIAL

06 AGENDA NOTICIOSA

06 Aniversários:

06 Dia do Comando Territorial de Vila Real

07 Dia da Unidade de Ação Fiscal

08 Dia do Comando Territorial de Viana do Castelo

09 Dia do Comando Territorial do Porto

11 Dia do Comando Territorial de Santarém

12 Dia da Unidade de Controlo Costeiro

14 Dia do Comando Territorial de Évora

15 Dia do Comando Territorial de Aveiro

17 Operação *Antica Babilonia*: 15.º Aniversário da Missão do Subagrupamento Alfa da GNR no Iraque

20 Entrega de Espadas aos Novos Oficiais da Guarda Nacional Republicana

23 Inauguração do Destacamento Territorial de Amarante

24 Inauguração do Centro de Meios Aéreos de Porto de Mós

26 Compromisso de Honra do 39.º Curso de Formação de Guardas

29 Compromisso de Honra do 40.º Curso de Formação de Guardas

31 Cerimónia de Entrega de Viaturas Todo-o-Terreno à Guarda Nacional Republicana

33 Cerimónia de Entrega de Viaturas à Guarda Nacional Republicana

35 Cerimónia de Tomada de Posse do 2.º Comandante-Geral, Comandante do CO e Comandante do CARI

37 Visita de S. Exa. o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas

39 Visita de S. Exa. o General Comandante da *Marechaussee* Holandesa

43 I Seminário de Oficiais Superiores da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

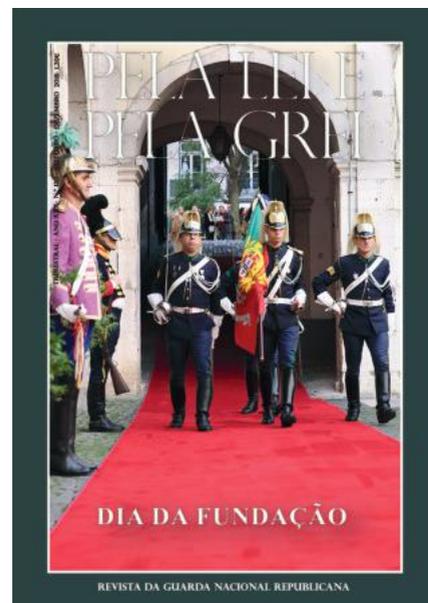
45 Concerto de Outono

48 TEMA DE CAPA

48 DIA DA FUNDAÇÃO

71 CONHECER

71 O MARE VEIO AO COMANDO TERRITORIAL DE LISBOA



Dia da Fundação

Ficha Técnica

Comando-Geral da GNR, Largo do Carmo - 1200-092 Lisboa; Tel.: 213217354/294 - Fax 213217159;

E-mail geral: revista@gnr.pt;**Diretor:** Carlos Manuel Pona Pinto Carreira, coronel de Administração Militar

I E-mail: revista.direccao@gnr.pt **I Redação e Edição:** Comando-Geral da GNR, Largo do Carmo, n.º 32, 1200-092 Lisboa. **Redação:** Paulo Guedelha, primeiro-sargento de Cavalaria; Fernando Custódio Borges, cabo-mor de Cavalaria; Cláudio Alexandre, guarda-principal de Infantaria **I Serviços Administrativos:** Carla Almeida, cabo de Infantaria; José Rasteiro, cabo de Infantaria **I Revisão Ortográfica:** Vasco Zacarias, cabo de Infantaria **I Fotografia:** Arquivo da Revista, Autores e Secção de Audiovisuais da GNR **I Execução Gráfica:** Núcleo de Apoio Gráfico GNR, Rua Padre Adriano Botelho, n.º 1, 1300-436 Alcantara **I Tiragem:** 2.800 Exemplares. Depósito Legal N.º 26875/89. ISSN: 1645-9253. Preço Capa: € 1,20; Assinatura Anual: € 6,00; Ano XXX - N.º 120 - outubro - dezembro de 2018. Publicação Trimestral.

Os artigos assinados manifestam a opinião dos seus autores e não, necessariamente, um ponto de vista oficial. No ano de 2012 entraram em vigor as normas constantes do Acordo Ortográfico. A Revista da Guarda, atendendo aos muitos artigos em carteira e às opções dos seus autores vai progressivamente implementando as novas normas, coexistindo as duas formas de escrita. Apelamos, por isso, à compreensão dos nossos leitores.

MENSAGEM DE NATAL



Oficiais, Sargentos, Guardas e Funcionários Cívicos da Guarda Nacional Republicana, dirijo-me a todos os militares e civis que servem Portugal na Guarda Nacional Republicana por ocasião da Quadra Festiva de 2018, manifestando o meu mais sincero apreço pelo profissionalismo e empenho que todos têm demonstrado no cumprimento da nobre e exigente missão que nos está confiada, em prol da segurança de pessoas e bens, da ordem e tranquilidade públicas e da garantia do exercício de direitos e liberdades pelos cidadãos.

As celebrações associadas ao período do Natal convocam à união da família e dos amigos, realçando os laços afetivos e os valores da amizade, traduzidos num ambiente de paz e harmonia, com o intuito de reforçar o sentimento de solidariedade e partilha. São estes os valores que herdámos daqueles que serviram, quer na Guarda Nacional Republicana, como na Guarda Fiscal, e

que nesta quadra recordamos com estima, orgulho e saudade.

É, também, um tempo em que somos mais sensíveis à privação da convivência com os que nos são próximos, pelo que, imbuído dum sentimento de reconhecimento e solidariedade, realço os que neste período estarão empenhados em missão, quer no território nacional, como no estrangeiro, cumprindo o seu dever para que todos os outros possam usufruir destes momentos em segurança. A estes militares deixo uma palavra de gratidão e especial consideração.

No ano de 2018, fruto do esforço e dedicação de todos, conseguiu-se promover respostas muito positivas às exigências e desafios que quotidianamente se colocaram ao nosso País. Destaco as ações de patrulhamento de proximidade e presença assertiva, desde os mais recônditos locais do país às cidades na nossa zona de ação, a par com uma resposta eficaz no âmbito do combate aos incêndios florestais e no socorro e apoio às famílias afetadas, mobilizando forças e meios de todo o dispositivo, numa clara demonstração de disponibilidade, especialização e capacidade coletiva, só ao alcance de uma força com a dimensão organizacional e a competência que caracterizam a Guarda.

Do patrulhamento quotidiano e dissuasivo, ao acompanhamento e conselho junto dos mais vulneráveis, à segurança dos órgãos de soberania e prestação de honras de Estado, passando pela intervenção especializada na área da criminalidade violenta e grave, pelos programas especiais, pela proteção e socorro, pela proteção e conservação da natureza e do ambiente, pela investigação criminal, pela fiscalização do trânsito, pela vigilância e controlo costeiro, pela prevenção fiscal, tributária e aduaneira, a Guarda soube, em mais um ano, estar à altura das responsabilidades e da confiança que os cidadãos e o Estado lhe depositam, promovendo uma resposta imediata, rigorosa e eficiente, contribuindo decisivamente para o ambiente de paz e tranquilidade social, na preservação dos valores

MENSAGEM DE NATAL

que caracterizam uma sociedade livre e democrática.

Nesta quadra festiva, olhando ao contexto de complexidade e modernismo em que vivemos, permito-me realçar a importância do Humanismo, que deve estar presente no dia-a-dia do militar da Guarda, enquanto característica distintiva do seu saber ser e saber estar, quer no relacionamento de camaradagem e respeito entre militares e civis, quer na relação próxima com os cidadãos que abnegadamente servimos, criando, assim, condições para o reconhecimento público pelas respostas afirmativas e adequadas às mais elementares expectativas e anseios de segurança emanadas por todos.

Dirijo, igualmente, uma palavra de especial incentivo e alento a todos os militares que, internados em unidades hospitalares, no Centro Clínico ou nas suas residências se encontram em período de convalescença, por no decurso da atividade operacional terem sofrido acidentes que os privaram da sua normal condição de saúde e bem-estar, em resultado da exposição ao risco em prol do bem comum. Bem-hajam pela vossa determinação e coragem e contem connosco para vos continuar a acompanhar e apoiar no processo de recuperação.

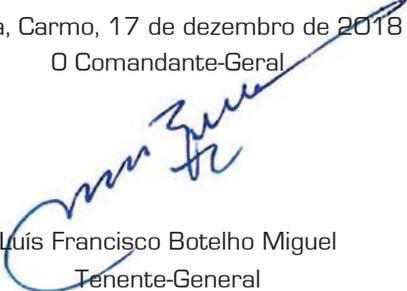
Uma genuína palavra de apreço e consideração para a família mais alargada da Guarda, refiro-me a todos os familiares dos militares e civis da Instituição, reconhecendo o seu papel assaz determinante ao nível do apoio, conforto e estímulo diário, não obstante as dificuldades e contingências vivenciadas, proporcionando o carinho e as condições para que todos e cada um de nós se entregue à causa pública com maior sagacidade e firmeza.

Militares e civis da Guarda, incentivo-vos para que, em 2019, continuemos, com a serenidade e sentido do dever que nos caracteriza, na procura de renovadas formas de servir “Pela Lei e Pela Grei”, empenhados no reforço da proximidade ao cidadão e à Sociedade, na racionalização de recursos, na modernização e desmaterialização de processos e procedimentos, a par de uma cooperação e colaboração com as outras instituições e organismos, procurando, coletivamente, a melhor adequação a um ambiente incerto e de exigência renovada, conciliando a modernidade, a segurança e o bem-estar.

Ao nível interno, o Comando da Guarda continuará focado na valorização humana e profissional, de modo a incentivar um clima motivacional de confiança e esperança, percecionando os anseios e preocupações das mulheres e homens que servem o país nesta Instituição, promovendo uma Guarda mais forte, coesa e ciente da sua responsabilidade social, mantendo um ambiente interno sereno e sóbrio mas, simultaneamente, dinâmico e atrativo, para juntos afirmarmos a Guarda como uma força que ambicionamos cada vez mais Humana, Próxima e de Confiança. Nesta primeira Quadra Festiva como Comandante-Geral da Guarda Nacional Republicana, reitero o singular privilégio de servir tão nobre Instituição homenageando todos os seus militares e civis, no ativo, na reserva e na reforma, e formulando votos de um Santo e Feliz Natal e de um Próspero Ano Novo de 2019, extensível às excelentíssimas Famílias.

Lisboa, Carmo, 17 de dezembro de 2018

O Comandante-Geral



Luís Francisco Botelho Miguel
Tenente-General

Referências Elogiosas

«Exmo. Senhor Comandante-Geral da Guarda Nacional Republicana, o meu nome é Ana Almeida Lopes, sou médica no Hospital Distrital da Figueira da Foz e exerço funções como médica da Viatura Médica de Emergência e Reanimação (VMER) no mesmo hospital.

No passado dia 13 de outubro, pelas 21 horas e durante o furacão *Leslie*, fomos ativados para uma ocorrência na zona da Guia, Concelho de Pombal.

Perante as condições climatéricas muito adversas vigentes a essa hora, que condicionaram uma queda de árvore de grande porte que cortou a estrada, vimo-nos impossibilitados de prosseguir caminho para outra ocorrência na cidade da Figueira da Foz.

Prontamente a patrulha de serviço do Posto Territorial da Guia, ao verificar a nossa situação, saiu da viatura para arrastar a árvore que nos impedia de prosseguir, colocando em risco a sua integridade física (dado ser uma zona muito arborizada, com risco iminente de queda de outras árvores). Graças a eles conseguimos retomar a estrada, permitindo-nos cumprir o nosso trabalho e chegar à outra ocorrência.

O nosso muito obrigado pela coragem, determinação e espírito de entreatajuda.

Sempre ao dispor.
Ana Almeida Lopes.»

«Venho por este meio expressar o meu agradecimento ao guarda Justo e ao guarda Pina David, porque a minha residência em Sines foi furtada e no espaço de 24h conseguiram identificar os autores, bem como recuperar os artigos furtados.

Estes militares, além do profissionalismo e atenção demonstrada, elevam o bom-nome da Guarda.

Cumprimentos e boa continuação.
Carla Silvestre.»

«Excelentíssimos Senhores, sou Susana Moura, com o cartão de cidadão n. 10981357. Venho por este meio testemunhar e gratificar uma atitude exemplar que vivi, acompanhada pelo meu irmão, por parte dos seguintes guardas do Destacamento de Trânsito de Santarém:

- Guarda Hélder Queirós. n. º 2140495

- Guarda Filipe Reis. n. º 2140073.

No passado sábado, dia 27 de outubro, por volta das 19h00, o meu irmão Pedro e eu, enquanto seguíamos pela A1 no sentido Norte-Sul, ocorreu-nos inesperadamente um furo no pneu da frente. É de referenciar que no momento fazia muito vento, chuva, e portanto, surgiu de imediato uma situação difícil e frágil naquele contexto. Porém, passados poucos segundos, chegaram os dois respetivos guardas que, desde o primeiro contacto estabelecido, tiveram para connosco uma atitude profissional e humana extraordinária (fazendo tudo o que estava ao seu alcance para resolver o problema, mantendo sempre uma atitude de extrema pacificidade, harmonia e rigor).

Quero, portanto, como cidadã, enaltecer e testemunhar este serviço público prestado por estes dois profissionais que, sem dúvida, praticaram, em pleno, a missão que lhes compete. Embora reconheça que, sem dúvida, será essa a respetiva obrigação que lhes compete, também essa missão pode ser praticada de muitas maneiras, mas neste caso, foi verdadeiramente exemplar.

Parabéns.

Sem mais de momento me despeço e agradeço.

Com os melhores cumprimentos,
Susana Moura.»



O Dia da Fundação foi o tema de capa escolhido para dar corpo à intenção de S. Exa. o Comandante-Geral, Tenente-General Luís Francisco Botelho Miguel, de proporcionar e transmitir à população em geral um conhecimento pormenorizado do dia 10 de Dezembro de 1801 como a data da fundação e criação da Guarda Real da Polícia.

A data de 10 de Dezembro ambiciona afirmar a fundação e a criação da Guarda Real da Polícia como origem de uma força de natureza militar “que vigie na conservação da ordem e tranquilidade pública” da qual a Guarda Nacional Republicana é legítima herdeira.

Simultaneamente, pretende-se eleger este dia, como o dia da fundação e origem da GNR, a ser comemorado em acto público, com especial ênfase para os militares que dedicaram parte da vida ao serviço da Guarda e que deixam o serviço activo e, aos que, malgradadamente, perderam a vida ao serviço.

A consagração do dia 10 de Dezembro, como comemoração da origem, pretende ser, ainda, um dia de aproximação a todos os militares fora do serviço activo que serviram a GNR e o País, através do seu acolhimento nas instalações militares, sendo estes recordados com o merecido reconhecimento pelo seu contributo para a história e prestígio da Instituição.

Nesta revista, salientamos o 15.º Aniversário da Missão do Subagrupamento Alfa da GNR no Iraque, assinalado, dia 10 de Novembro, através de um convívio que reuniu militares, familiares e acompanhantes dos quatro contingentes que estiveram em missão no Teatro de Operações do Iraque, de 2003 a 2005, tendo S. Exa. o Comandante-Geral inaugurado uma exposição alusiva à Missão.

Pomos em evidência a cerimónia de Entrega de Espadas aos novos Oficiais da GNR, dia 02 de Outubro, no Museu Arqueológico do Carmo (Ruínas do Carmo), em Lisboa, evento que simbolizou a entrada de 38 novos Oficiais no Quadro Permanente da Instituição.

Na mesma linha, realçamos os Compromissos de Honra dos 39.º e 40.º Cursos de Formação de Guardas, dia 01 de Outubro, no Centro de Formação da Figueira da Foz e, no dia 14 de Dezembro, no Estádio Municipal de Portalegre, cerimónias que simbolizaram a entrada de, respectivamente, 340 e 595 novos Guardas no Quadro Permanente da GNR.

No âmbito do programa de apetrechamento de meios para as Forças de Segurança, levado a cabo pelo Governo, S. Exa. o Ministro da Administração Interna, Dr. Eduardo Cabrita, presidiu às cerimónias de Entrega de Viaturas, realizadas, no dia 04 de Dezembro, no Largo da Vitória, Mosteiro da Batalha e, no dia 17 de Dezembro, no Parque de Estacionamento da Costa da Caparica.

Destacamos as visitas ao Comando-Geral, dia 05 de Dezembro, de S. Exa. o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, Almirante António Manuel Fernandes da Silva Ribeiro; e dia 12 de Dezembro, de S. Exa. o General Comandante da Real *Marechaussee* holandesa, Tenente-General Harry van den Brink.

Noticiamos a realização do Concerto de Outono da Guarda Nacional Republicana, dia 02 de Outubro de 2018, no Museu Arqueológico do Carmo (Ruínas do Carmo), em Lisboa, tendo a Banda Sinfónica da GNR, sob a direcção do Maestro, Sargento-Mor João Aires Moreira da Silva, actuado com a participação especial do Coro do Teatro Nacional de São Carlos.

Terminamos, solidarizando-nos com as palavras de S. Exa. o Comandante-Geral na sua Mensagem de Natal e de Ano Novo, formulando votos de um Santo Natal e de um Feliz Ano Novo de 2019 a todos os que nos dão a honra de ler a Revista da Guarda *Pela Lei e Pela Grei*.

Quartel do Carmo, Lisboa, 21 de Dezembro de 2018.

O Director da Revista

Carlos Manuel Pona Pinto Carreira

CM

Carlos Manuel Pona Pinto Carreira
Coronel

Aniversários

Comando Territorial de Vila Real



No dia 7 de setembro de 2018 realizou-se a cerimónia militar do aniversário do Comando Territorial de Vila Real, que comemora a efeméride no dia 24 de agosto.

As celebrações deste ano caracterizaram-se pela realização de diversos eventos, nomeadamente uma missa solene na Sé Catedral da Diocese; um concerto do quinteto de metais da Banda Sinfónica da Guarda, nos claustros do edifício do antigo Governo Civil; uma exposição de meios operacionais, na praça do município; e um seminário sobre segurança rodoviária, no túnel do Marão, realizado na aula magna da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, tendo os eventos contado com a presença de várias entidades e da popu-

lação em geral.

Esta Unidade Territorial conta atualmente com um efetivo de 729 militares e 66 funcionários civis. O dispositivo operacional compreende 21 Postos Territoriais, distribuídos por quatro Destacamentos Territoriais, que abrange 14 concelhos. No distrito de Vila Real, a intervenção da GNR corresponde a 98% do território e a 80% da população.

Na sua alocução, o comandante do Comando Territorial de Vila Real, coronel António José Pereira Leal, proferiu as seguintes palavras:

«Embora me encontre no exercício do comando da Unidade há apenas quatro meses, pude já testemunhar a motivação e o comprometimento dos militares

e civis do Comando Territorial de Vila Real com a missão da Guarda. Cada um na sua área de intervenção, na atividade administrativo-logística, nos serviços, no apoio operacional, na atividade operacional desenvolvida nos destacamentos e Postos Territoriais e de Trânsito, na investigação criminal, na proteção da natureza e do ambiente e nos programas especiais, todos dão o melhor do seu esforço, como o comprovam

os resultados obtidos pela Unidade.

Sendo a Unidade composta por uma fatia significativa de militares e civis num escalão etário elevado, para estes o esforço é acrescido. Porém, o que lhes pode faltar em capacidade física é compensado pela experiência adquirida e pelo saber acumulado. O capital humano, novo ou mais antigo, constitui o recurso mais valioso da Unidade.»



Unidade de Ação Fiscal - UAF

A Unidade de Ação Fiscal (UAF) celebrou o seu 10.º aniversário no dia 27 de setembro de 2018. A data foi assinalada com uma cerimónia militar presidida pelo ministro da Administração Interna, Dr. Eduardo Cabrita, e contou também com a presença do comandante-geral, tenente-general Luís Francisco Botelho Miguel.

A UAF atua em todo o território nacional e articula-se em seis Destacamentos, um de Pesquisa e cinco nas seguintes localidades: Porto, Coimbra, Lisboa, Évora e Faro.

Em termos operacionais, a UAF contou no último ano com mais de 28 milhões de euros em mercadorias apreendidas e cerca de 18 mil processos

relacionados com ilícitos criminais e contraordenacionais.

No seu discurso, o Exmo. Senhor comandante da Unidade de Ação Fiscal, coronel Armando Magalhães Pereira, proferiu as seguintes palavras:

«Comemorar dez anos de existência, representa um marco importante do percurso de vida de uma Unidade como a nossa, que nasceu para enfrentar de forma mais qualificada e especializada, o enorme desafio do combate à criminalidade tributária, num contexto caracterizado pela crescente complexidade e sofisticação das ameaças.

A recente condecoração da nossa Unidade com a medalha de ouro de Serviços Distintos de Seguran-



ça Pública é por nós interpretada como um justo reconhecimento do valor e do mérito destes seus dez anos de entrega e dedicação ao bem comum e de defesa intransigente e abnegada dos superiores interesses do erário público.

Congratulo-me por isso, manifestando o meu mais profundo apreço a todos os oficiais, sargentos,

Comando Territorial de Viana de Castelo

No dia 01 de outubro de 2018 celebrou-se o dia do Comando Territorial de Viana do Castelo.

De modo a assinalar esta data, realizou-se uma cerimónia militar na vila de Arcos de Valdevez, presidida pelo comandante do Comando da Doutrina e Formação, major-general Domingos Luís Dias Pascoal.

No final da cerimónia houve uma demonstração de meios das diversas valências da GNR para todas as entidades civis e militares presentes.

O Exmo. Senhor comandante da Unidade, coronel Agostinho José Lopes da Cruz, no seu discurso, proferiu as seguintes palavras:

8 «O contexto em que vivemos é ainda caracterizado

guardas e civis que servem e serviram na Unidade de Ação Fiscal e que tornaram possível que a nossa Unidade tenha percorrido este já longo e prestigioso caminho, certamente com altos e baixos, mas sem nunca se desviar do objetivo de contribuir decisivamente para que a economia paralela seja reduzida à mínima expressão possível».

por grande incerteza, o que gera, para além de momentos de grande dificuldade, sentimentos de expectativa e de esperança. É por isso necessário ânimo, compreensão, entreaajuda e diálogo, mas também instrumentos capazes de promover a inovação, materializados numa definição clara de objetivos, assente numa visão que, enquadrada com a realidade, seja motivante e ambiciosa. Naturalmente considero essencial que todos, sem exceção, disponham de condições necessárias para a execução das suas funções, pelo que continuarei atento à adequada qualificação profissional, à existência de condições de trabalho apropriadas ao bem-estar dos milita-



res e civis que aqui prestam serviço. Sei que continuareis a pugnar pelo cumprimento individual dos valores de que são exemplo a disciplina, a verdade, a justiça, a lealdade, a camaradagem e o exemplo, que constituem a essência da organização militar,

exigindo-nos ética e lealdade, mas também franqueza e frontalidade, numa conduta individual exigente, rigorosa e metódica. Estou seguro que contarei com a total dedicação e motivação, e o inextinguível empenho de todos.»

Comando Territorial do Porto

O Comando Territorial do Porto celebrou o seu Dia da Unidade no dia 12 de outubro, na cidade de Gondomar. A cerimónia militar foi presidida pela secretária de Estado-adjunta e da Administração Interna, Dr.^a Isabel Oneto, e além de outras entidades civis e militares convidadas, contou com a presença do 2.^o comandante-geral da GNR, tenente-general José Nunes da Fonseca.

Para assinalar a data, realizou-se um conjunto de atividades, destacando-se uma conferência subordinada ao tema «Sinistralidade Rodoviária - Uma Visão de Futuro» e uma cerimónia religiosa em evocação aos mortos da sinistralidade rodoviária.

No evento, o Exmo. comandante do Comando Territo-

rial do Porto, coronel Victor Carlos Mesquita Fernandes, discursou o seguinte:

«Ao comemorarmos mais um Dia da Unidade, quero manifestar-vos o meu grande apreço e respeito pela dedicação, espírito de sacrifício e resultados que quotidianamente vêm protagonizando ao serviço da causa pública. Juntos temos conseguido responder às preocupações da comunidade, contribuindo para a afirmação de um elevado grau de eficácia e para a manutenção e reforço de uma imagem reconhecidamente valorizada junto dos cidadãos, das instituições e das mais diversas formas de organização da sociedade civil, onde relevam as instituições judiciais, os órgãos das autarquias locais,

PELA LEI E PELA GREI



do município e da freguesia e as forças e serviços com atribuições na área da segurança e do apoio e socorro.

A segurança pública, a segurança dos nossos concidadãos foi, é, e será sempre, o nosso principal objetivo. A superação de dificuldades, muitas e diversificadas, e a obtenção de sucessos, assenta, essencialmente, na inteligência e na vontade humana e por isso, estou certo que não nos conformaremos com as limitações e com os constrangimentos que se nos depararem e, em conjunto, procuraremos com determinação, engenho e permanente autoavaliação, potenciar as nossas capacidades, desempenhando uma das mais nobres missões ao serviço de Portugal e dos Portugueses. Por último, exorto-vos que com coragem, determinação, competência e imparcialidade, prestem homenagem e continuem a ser dignos representantes daqueles que como vós, militares e civis da Guarda, um dia perderam a vida ao serviço da Causa Pública.

Bem-hajam.»



Comando Territorial de Santarém



A cerimónia militar alusiva ao Dia do Comando Territorial de Santarém (13 de outubro) decorreu no dia 16 de outubro, na cidade de Rio Maior e foi presidida pelo comandante do Comando de Administração de Recursos Internos, major-general Augusto Teixeira Pires da Silva.

No âmbito deste evento foram realizadas várias palestras e demonstrações de meios de diversas valências da GNR, no Agrupamento de Escolas Fernando Casimiro Pereira da Silva, na cidade de Rio Maior. O Comando Territorial de Santarém desenvolveu também uma caminhada social pelo concelho de Rio Maior no dia 19 de outubro, e uma recolha de fundos entre os seus militares, tendo em vista dotar o Centro de Educação Especial «O NINHO» com equipamentos especiais, o que foi materializado com a entrega de duas cadeiras de rodas e diverso material de apoio.



PELA LEI E PELA GREI

A atuação do Quarteto de Cordas da GNR, no Cine-teatro de Rio Maior, constituiu-se como o culminar destas iniciativas.

No âmbito do aniversário da Unidade, o Exmo. comandante do Comando Territorial de Santarém, coronel Paulo Jorge Alves Silvério, proferiu a seguinte alocução:

«Ao assinalar mais um ano da permanente entrega à causa pública e à segurança dos cidadãos e dos seus bens, não será displicente referir que a Unidade tudo tem feito, com o apoio e incentivo do Comando Operacional, para alavancar a prevenção policial. Assim temos acompanhado os fenómenos da violência em todos os setores da vida em sociedade, implementámos políticas pró-ativas de prevenção para evitar e contribuímos para assegurar a reunião das condições que permitem exercer o direito de todos, em toda a parte.

Unidade de Controlo Costeiro - UCC

No dia 06 de novembro, a Unidade de Controlo Costeiro comemorou o seu 10.º Aniversário.

Para assinalar este evento foi celebrada, na manhã do dia 22 de outubro, uma missa de sufrágio aos militares da UCC falecidos e no dia 06 de novembro realizou-se na Doca do Espanhol, em Alcântara, a cerimónia principal.

A comemoração desta efeméride compreendeu um conjunto de atividades singelas, de caráter militar e religioso, mas com um significado militar especial, tanto na vida interna da UCC, como na imagem que dela se projeta para o exterior.

Estas comemorações, assinaladas em todas as subunidades, iniciaram-se pelas 08H00 com o içar da bandeira nacional e prosseguiram na parte da tarde com uma parada militar presidida por S. Exa. o ministro da Administração Interna, Dr. Eduardo Arménio

A Unidade, com orientações do comando, continua a desenvolver um insubstituível papel de apoio e aproximação às populações, designadamente através dos serviços realizados pelos efetivos dos Postos Territoriais, pelos militares adstritos aos Programas de Policiamento Comunitário e Prevenção Criminal, bem como pelos da estrutura SEPNA e mesmo da Investigação Criminal. Merecem especial destaque os programas que se destinam às populações mais carenciadas ou vítimas de qualquer espécie de violência e/ou discriminação, nomeadamente nas áreas da violência doméstica, do apoio a crianças e jovens em risco, do apoio e proteção a idosos e do combate à discriminação, à pobreza e à exclusão social, envolvendo a comunidade e a sociedade civil em inúmeras parcerias de iniciativa local, numa afirmação da nossa ação para os problemas que verdadeiramente preocupam as pessoas.»

do Nascimento Cabrita, acompanhado por S. Exa. o comandante-geral da Guarda Nacional Republicana, tenente-general Luís Francisco Botelho Miguel.

Estiveram presentes na cerimónia, demais altas entidades militares e civis convidadas, e oficiais gerais e comandantes de Unidades e Órgãos Superiores de Comando e Direção da Guarda.

A cerimónia militar iniciou-se com apresentação da formatura à alta entidade, seguida da integração do Estandarte Nacional, da alocução do comandante da UCC e de uma intervenção de S. Exa. o ministro da Administração Interna.

Os discursos do ministro da Administração Interna e do comandante da UCC, atendendo aos seus conteúdos e mensagens, mereceram atenção por parte de todas as entidades presentes, assim como dos militares, já que foi destacado o relevante contributo da



Unidade nas vertentes de vigilância da fronteira externa, evidenciado o esforço no patrulhamento e na fiscalização, e ainda o expressivo desempenho no plano internacional na salvaguarda de vidas no mar, no quadro da FRONTEX. (Agência Europeia da Guarda de Fronteira e Costeira).

As forças em parada, sob o comando do tenente-coronel de Cavalaria Lauro Marinho, assistiram à condeco-

ração de militares, prestaram uma sentida homenagem aos mortos e finalmente desfilaram com garbo, encerrando a cerimónia militar.

De seguida, procedeu-se à apresentação de um *plastron*, com alguns meios utilizados pela Unidade no cumprimento da missão.

Por fim, um Porto de Honra constituiu um momento de convívio institucional e pessoal.



PELA LEI E PELA GREI

Comando Territorial de Évora



A cerimónia de aniversário do Comando Territorial de Évora realizou-se no dia 31 de outubro de 2018 e foi presidida por S. Exa. a secretária de Estado-adjunta e da Administração Interna, Dr.ª Isabel Oneto, que contou com a presença do comandante do Comando da Doutrina e Formação, major-general Domingos Luís Dias Pascoal, além de outros ilustres convidados.

As comemorações iniciaram-se nos trâmites protocolares como é apanágio da Guarda e integraram ainda uma cerimónia religiosa na Igreja de São Brás, em Évora.

No decurso do evento, o Exmo. comandante do Comando Territorial de Évora, coronel Joaquim Leandro Nobre Grenho, granjeou o público presente com a sua alocução, em que transmitiu a seguinte mensagem:



«Comemoramos hoje o décimo aniversário do Comando Territorial de Évora, mas já cento e sete desde a transferência do então Batalhão n.º 3 para a cidade de Évora, no ano de mil novecentos e onze. Tal como a sociedade em que servimos, sofremos grandes mudanças.

Mudanças de que é exemplo o próximo ato eleitoral, as eleições europeias que no nosso distrito se vão efetuar num projeto piloto, por voto eletrónico.

Temos acompanhado essa informação e modernizado os nossos meios e procedimentos. Demos ênfase à qualidade do serviço, desde a vertente da prevenção, como o acompanhamento das populações mais vulneráveis, com formação e especialização de militares para o acompanhamento das populações mais vulneráveis, com formação e especialização de militares para acompanhamento de

Comando Territorial de Aveiro

No passado dia 10 de novembro de 2018, o Comando Territorial de Aveiro comemorou o seu 10º aniversário, através da realização de uma cerimónia militar na cidade da Mealhada, presidida pelo Exmo. major-general Maurício Simão Tendeiro Raleiras, inspetor da Guarda, em representação de S. Exa. comandante-general da Guarda Nacional Republicana. Foram igualmente assinaladas singelas cerimónias nos restantes quartéis do dispositivo, nas quais foi lida a mensagem do Exmo. coronel Nelson Manuel Machado Couto, comandante do Comando Territorial da GNR em Aveiro. A efeméride foi ainda complementada com uma demonstração de meios e valências da Guarda, junto do local da cerimónia principal, com o objetivo de mostrar o trabalho desenvolvido pela Instituição.

Na cerimónia principal estiveram presentes, para além das entidades supramencionadas, diversas entidades civis e militares pertencentes ao distrito de Aveiro, assim como uma representação de cada uma

idosos, crianças, vítimas de violência doméstica, a fiscalização da natureza e ambiente, do trânsito, na vertente da repressão, com especial enfoque na área da investigação criminal, em que temos investido essencialmente na formação do nosso pessoal. Estamos confiantes que estamos no rumo certo. Utilizamos já de modo permanente e contínuo, sistemas de informação e gestão no apoio à tomada de decisão, que nos têm permitido utilizar de forma mais racional, os meios ao nosso dispor. Hoje, é-nos possível acompanhar em tempo real o desenrolar de toda a nossa atividade operacional, acionar os meios de reforço quando necessários, respondendo mais rápido às solicitações.

Conseguimos já analisar os fenómenos criminais e planear a atividade operacional em função da probabilidade da sua ocorrência.»

das classes profissionais da Unidade.

As forças em parada, comandadas pelo major de Infantaria José Joaquim Machado, foram constituídas pelo Estandarte heráldico da Unidade, uma companhia a três pelotões, constituídas por militares dos Destacamentos Territoriais, Comando da Unidade e Destacamentos de Trânsito, e Destacamento de Intervenção, respetivamente um Bloco motorizado, uma Seção Cinotécnica.

A cerimónia, que decorreu de uma forma simples, mas com o simbolismo e a dignidade que lhe são devidas, iniciou-se com a apresentação das Forças em parada à entidade que a presidiu, seguindo-se o momento mais solene, a integração do Estandarte Nacional. Proferidas as alocações do Exmo. comandante do Comando da GNR em Aveiro e do Exmo. inspetor da Guarda, procedeu-se posteriormente à imposição de condecorações a militares pertencentes à Unidade. Seguiu-se mais um momento memorável, com a ho-

PELA LEI E PELA GREI



menagem aos mortos que já serviram na Unidade, finalizando com o desfile das Forças em parada.

O Exmo. comandante da Unidade aproveitou, durante a sua alocução, para destacar todo o trabalho conduzido pelo Comando durante o último ano, apelando a

todos para enfrentarem «...os desafios do futuro com a mesma garra, dedicação e temeridade...». Terminou salientando que «...nos encontramos imbuídos de espírito de missão e entrega à causa pública, cumprindo a nossa divisa “LESTOS, RIA ACIMA, RIA ABAIXO”».



Operação *Antica Babilonia*: 15.º Aniversário da Missão do Subagrupamento Alfa da GNR no Iraque



No passado dia 10 de novembro realizou-se na Quinta Valencina, em Fernão Ferro, o convívio que reuniu militares, familiares e acompanhantes dos quatro contingentes do Subagrupamento Alfa da GNR que estiveram em missão no Teatro de Operações do Iraque, de 2003 a 2005.

O evento teve início pelas 13h30 com os elementos da organização a receberem pessoalmente todos os participantes, convidando-os a tirar uma foto junto ao *banner* alusivo ao evento. Depois, com todos os participantes dentro da sala para degustar as entradas e antes do início do almoço, foi inaugurada uma exposição alusiva à missão por S. Exa. o tenente-general Luís Francisco Botelho Miguel, comandante-geral da Guarda Nacional Republicana.

Depois do almoço, foram proferidos vários discursos,

seguidos de uma cerimónia intensa e carregada de emoção, feita pelo capelão António Borges da Silva, de homenagem aos militares já falecidos, que fizeram parte dos contingentes da missão, lembrando que, apesar da sua partida prematura, continuam bem vivos nas memórias e recordações de todas e todos. Fica aqui por isso também um grandíssimo obrigado às famílias do cabo José Cordeiro e do guarda-principal Ricardo Chagas, pela partilha do momento. No final foram distribuídas lembranças e procedeu-se ao corte do bolo.

A organização do evento deixa uma palavra de agradecimento às individualidades e entidades que, das mais diversas formas, deram o seu apoio, contribuindo para que o evento acontecesse e, de acordo com inúmeros comentários recebidos, tenha sido um desafio

PELA LEI E PELA GREI



superado com Grande Sucesso. Uma palavra de especial agradecimento aos apoios do Exmo. major-general José Manuel Lopes Santos Correia, comandante da Unidade de Intervenção, tenente-coronel Jorge Barradas, comandante do GIOP, capelão António Borges da Silva, capitão Clara Lopes, cabo Ferreira da SOE/GIOP, Sr. José Farinha, Museu e Revista da Guarda. Um agradecimento especial à S. Exa. o tenente-general Luís Francisco Botelho Miguel, comandante-geral da Guarda Nacional Republicana, pela sua presença e demonstração de reconhecimento e respeito por todas e todos os que em nome da Guarda Nacional Republicana e de Portugal deram o passo em frente para esta tão nobre e audaz missão no Teatro de Operações do Iraque, agradecendo igualmente as palavras endereçadas, antes de se retirar do evento. Sabe-se que muitos mais militares do Subagrupamento Alfa gostariam de estar presentes, mas que por motivos pessoais ou profissionais não lhes foi possível. Estiveram, todos estavam presentes e em sintonia neste momento de celebração de um marco das nossas vidas e carreiras profissionais. Um bem-haja a todos.

«EM ARMAS ILUSTRE EM TODA A PARTE».



PELA LEI E PELA GREI

Entrega de Espadas aos Novos Oficiais da Guarda Nacional Republicana

A GNR assinalou, no dia 02 de outubro, no Museu Arqueológico do Carmo (Ruínas do Carmo), em Lisboa, o ingresso de 38 novos Oficiais (34 homens e quatro mulheres) no Quadro Permanente da instituição, através de uma cerimónia de Entrega de Espadas presidida por S. Exa. o ministro da Administração Interna, Dr. Eduardo Cabrita, que contou também com a presença de altas entidades militares e civis, entre os quais, S. Exa. o comandante-geral, tenente-general Luís Francisco Botelho Miguel, e ainda de camaradas, familiares e amigos dos novos alferes.

A entrega das espadas confere aos novos Oficiais a autoridade para o exercício de funções de comando e liderança na Guarda Nacional Republicana.





PELA LEI E PELA GREI



Inauguração do Destacamento Territorial de Amarante

No dia 7 de setembro de 2018, a GNR inaugurou o novo o Quartel do Destacamento Territorial da GNR de Amarante, em que S. Exa. o ministro da Administração Interna, Dr. Eduardo Cabrita, presidiu à cerimónia, que contou também com a presença de S. Exa. o comandante-geral da GNR, tenente-general Luís Francisco Botelho Miguel.

O novo Destacamento Territorial da GNR de Amarante abrange cinco Postos Territoriais (Alpendurada, Amarante, Baião, Marco de Canaveses e Vila Meã). Esta Subunidade do Comando Territorial do Porto conta com um efetivo de 150 militares e 37 viaturas, para dar resposta aos mais de 130 mil habitantes daquela região.



PELA LEI E PELA GREI

Inauguração do Centro de Meios Aéreos de Porto de Mós

Em 28 de setembro de 2018, foi inaugurado o novo Centro de Meios Aéreos de Porto de Mós, que contou com a presença de S. Exa. o ministro da Administração Interna, Dr. Eduardo Cabrita, que presidiu à cerimónia, acompanhado por S. Exa. o comandante-geral da Guarda Nacional Republicana, tenente-general Luís Francisco Botelho Miguel.

O Centro de Meios Aéreos detém uma especial importância na estrutura da Proteção Civil da região, dispondo de um meio aéreo e 19 militares, abrangendo 78 freguesias e 217 mil hectares de área.

Entre 2008 e 2017, este Centro executou mais de 2 200 ações de primeira intervenção e ataque ampliado em incêndios florestais e rurais, respondendo com uma eficácia superior a 97%. Para além destas ações, os militares deste Centro de Meios Aéreos executaram diversos patrulhamentos.





Compromisso de Honra do 39.º Curso de Formação de Guardas

A cerimónia do Compromisso de Honra dos militares do 39.º Curso de Formação de Guardas 2017/2018 realizou-se no dia 01 de outubro de 2018, no Centro de Formação da Figueira da Foz (CFFF), da Escola da Guarda. O Compromisso de Honra foi prestado perante o Estandarte Nacional pelos 340 novos guardas que terminaram com aproveitamento este 39.º Curso de Formação de Guardas, marcando esta cerimónia o culminar do período de formação e o início da atividade profissional dos novos guardas. A testemunhar este momento estiveram centenas de camaradas, familiares e amigos dos militares que assistiram à cerimónia presidida pelo ministro da Administração

Interna, Dr. Eduardo Cabrita, que contou ainda com a presença do comandante-geral da GNR, tenente-general Luís Francisco Botelho Miguel.

Durante a cerimónia, foram ainda premiados os três formandos que mais se evidenciaram pelo seu trabalho, inteligência, dedicação e força de vontade, nomeadamente o guarda Carlos Daniel Gonçalves Gomes, primeiro classificado na geral, com uma média final de 16,30 valores, o guarda Luís Rafael Ferreira Patrão, primeiro classificado no tiro, com uma média final de 19,73 valores, e o guarda Pedro Miguel Soares Belém, primeiro classificado em educação física, com uma média final de 19,13 valores.





PELA LEI E PELA GREI



Compromisso de Honra do 40.º Curso de Formação de Guardas



Realizou-se no dia 14 de dezembro, no Estádio Municipal de Portalegre, a cerimónia do Compromisso de Honra dos militares do 40.º Curso de Formação de Guardas, que contou com a presença de S. Exa. o ministro da Administração Interna, Dr. Eduardo Cabrita, S. Exa. o comandante-geral da Guarda Nacional Republicana, tenente-general Luís Francisco Botelho Miguel, e ainda, de camaradas, familiares e amigos dos guardas provisórios.

Foi perante o Estandarte Nacional que os 595 novos guardas assumiram o seu Compromisso de Honra, momento que marca sempre o início da atividade pro-

fissional na Guarda Nacional Republicana.

Durante a cerimónia e seguindo os trâmites habituais, foram premiados os três formandos que mais se evidenciaram pelo seu trabalho, inteligência, dedicação e força de vontade, nomeadamente o guarda Davide Miguel Fernandes da Cunha, primeiro classificado na geral, com uma média final de 17,36 valores; o guarda André Fernando Cardoso Pinto, primeiro classificado no tiro, com uma média final de tiro de 19,03 valores; e o guarda Tiago Nuno Dos Santos Leão, primeiro classificado em educação física, com uma média final de 20,00 valores.

PELA LEI E PELA GREI



Cerimónia de Entrega de Viaturas Todo-o-Terreno à Guarda Nacional Republicana

No âmbito do programa de apetrechamento de meios auto para as Forças de Segurança, levado a cabo pelo Governo, realizou-se no dia 04 de dezembro de 2018, pelas 10H30, a cerimónia de entrega de 47 viaturas todo-o-terreno (Toyota Hilux) à Guarda Nacional Republicana, que decorreu no Largo da Vitória, Mosteiro da Batalha, tendo sido presidida por S. Exa. o ministro da Administração Interna, Dr. Eduardo Cabrita, em que também esteve presente S. Exa. o comandante-geral da GNR, tenente-general Luís Francisco Botelho Miguel.

A referida cerimónia teve início com a chegada da alta entidade, recebida por S. Exa. o comandante-geral da GNR e o comandante do Comando Territorial de Leiria, com subsequente execução de honras militares e apresentação das Forças em Parada.

Durante o evento, foram entregues as chaves das viaturas pela alta entidade, procedendo-se uma alocução de S. Exa. o comandante-geral da Guarda Nacional Republicana e um discurso de S. Exa. o ministro da Administração Interna, terminando o evento com o desfile dos meios, cerca das 12H00.



PELA LEI E PELA GREI



Cerimónia de Entrega de Viaturas à Guarda Nacional Republicana

No seguimento do programa de apetrechamento de meios auto para as Forças de Segurança, levado a cabo pelo Governo em 2018, a Guarda Nacional Republicana foi provida de novas viaturas, numa cerimónia presidida por S. Exa. o ministro da Administração Interna, Dr. Eduardo Cabrita, em que também esteve presente S. Exa. o comandante-geral da GNR, tenente-general Luís Francisco Botelho Miguel.

A apresentação pública e referida cerimónia de entrega de viaturas à Guarda realizou-se no dia 17 de dezembro de 2018, cerca das 15H, no parque de estacionamento da Costa da Caparica.

Neste evento foram entregues 124 viaturas ligeiras, destinadas ao aprovisionamento de várias Unidades da Guarda.

A cerimónia decorreu nos trâmites protocolares habituais, iniciando-se com a chegada da alta entidade, recebida por S. Exa. o comandante-geral da Guarda Nacional Republicana e o respetivo comandante do Comando Territorial de Setúbal, seguido da apresentação das Forças em Parada.

No decurso do evento, S. Exa. o comandante-geral da Guarda Nacional Republicana proferiu um breve discurso, precedido por uma alocução de S. Exa. o ministro da Administração Interna, Dr. Eduardo Cabrita, que por fim efetuou a entrega simbólica das chaves das viaturas e executou a sua passagem pela exposição dos novos meios, terminando a cerimónia com a retirada das viaturas para as respetivas Unidades a que se destinavam.



PELA LEI E PELA GREI



Cerimónia de Tomada de Posse do 2.º Comandante-Geral, Comandante do CO e Comandante do CARI

Em 16 de novembro de 2018, pelas 10h30, realizou-se na sala General Afonso Botelho do Quartel do Carmo, em Lisboa, a cerimónia de tomadas de posse dos cargos de 2.º comandante-geral e inspetor da Guarda, comandante do Comando Operacional e comandante do Comando da Administração dos Recursos Internos.

Na cerimónia presidida por S. Exa. o comandante-geral, tenente-general Luís Francisco Botelho Miguel, estiveram presentes os vários representantes de todos os Comandos, Direções e Chefias, assim como das

respetivas categorias profissionais militares da Guarda, do pessoal civil da GNR, da Guarda Florestal, e também da *Guardia Civil* espanhola.

Iniciada a cerimónia, foram lidas as sínteses curriculares e respetivos despachos de nomeação dos oficiais gerais citados:

Pelo disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 25.º e n.º 2 do artigo 27.º, ambos da Lei n.º 63/2007 de 06 de novembro, que aprova a orgânica da Guarda, com a anuência de Sua Excelência o ministro da Defesa Nacional e por proposta do comandante-geral, foi no-



PELA LEI E PELA GREI



meado, por despacho de Sua Excelência o ministro da Administração Interna, para o cargo de 2.º comandante-geral e em acumulação, inspetor da Guarda, o tenente-general Rui Manuel Carlos Clero.

Nos termos das disposições conjugadas do n.º 2 do artigo 32.º da Lei n.º 63/2007 de 06 de novembro, que aprova a orgânica da Guarda, e do artigo 51.º do Decreto-Lei n.º 30/2017 de 22 de março, que aprova o Estatuto dos Militares da GNR, e por proposta do comandante-geral, foi nomeado, por despacho de Sua Excelência o ministro da Administração Interna, para o cargo de comandante do Comando Operacional, o

major-general Nuno Augusto Pires Teixeira da Silva.

De acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 33.º da Lei n.º 63/2007 de 6 de novembro, foi nomeado, por despacho do comandante-geral, para o cargo de comandante do Comando da Administração dos Recursos Internos, o major-general Maurício Simão Tendeiro Raleiras.

Assinados os respetivos termos de posse e após a entrega das Estrelas de 2.º comandante-geral, S. Exa. o comandante-geral da Guarda Nacional Republicana proferiu a sua alocução, tendo a cerimónia terminado com as habituais felicitações.



Visita de S. Exa. o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas

A Guarda Nacional Republicana (GNR) recebeu, na manhã do dia 5 de dezembro, pelas 11:30 horas, no Comando-Geral da GNR (Largo do Carmo), a visita de S. Exa. o chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, almirante António Manuel Fernandes da Silva Ribeiro.

Assim, à sua chegada e após lhe terem sido prestadas as devidas honras militares, o percurso da visita transitou da apresentação de cumprimentos na sala General Afonso Botelho, para um brífingue apresentado por S. Exa. o comandante-geral, tenente-general Luís Francisco Botelho Miguel, na sala Mourato Nunes. Após a alocução, foi efetuada uma visita guiada pelo Quartel do Carmo, com passagem pela «famosa» varanda do Quartel, que proporcionou ao Senhor al-

mirante, o desfruto da belíssima vista sobre a Baixa lisboeta e o castelo de S. Jorge. Após este breve interregno, o chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas foi acompanhado até à sala do Centro Integrado Nacional de Gestão Operacional (CINGOp), onde lhe foram prestadas algumas explicações acerca do funcionamento do CINGOp.

No seguimento da agenda e já perto do final da visita, S. Exa. almirante António Ribeiro tomou conhecimento da história da Guarda numa breve passagem pelo Museu da GNR.

O evento findou com a assinatura no livro de honra na sala General Afonso Botelho e as devidas honras militares à saída de S. Exa. o almirante CEMGFA, executadas pela Guarda de Polícia.



PELA LEI E PELA GREI



Visita de S. Exa. o General Comandante da *Marechaussee* Holandesa



No dia 12 de dezembro de 2018, S. Exa. o general comandante da Real *Marechaussee* holandesa, tenente-general Harry van den Brink, visitou a Guarda Nacional Republicana (GNR), que o recebeu pelas 11:30 horas, no Comando-Geral da GNR (Largo do Carmo), com as devidas honras militares.

O evento serviu para proporcionar ao senhor comandante da *Marechaussee*, nesta ocasião, um conhecimento mais pormenorizado da Instituição da GNR e das suas atividades.

A visita iniciou-se com a apresentação de cumprimentos na sala General Afonso Botelho, passando para um

brifingue apresentado por S. Exa. o comandante-geral, tenente-general Luís Francisco Botelho Miguel, na sala Mourato Nunes. Após o brifingue, foi efetuada uma visita guiada pelo Quartel do Carmo, com passagem pela varanda do Quartel e sala do Centro Integrado Nacional de Gestão Operacional (CINGOp), onde lhe foram prestadas algumas explicações acerca do seu funcionamento, terminando o percurso no Museu da GNR, para conhecimento da história da Guarda Nacional Republicana.

No seguimento da agenda realizou-se a cerimónia de imposição de condecoração de S. Exa. o comandante



da *Marechaussee* holandesa, tenente-general Harry van den Brink, com a Medalha de D. Nuno Álvares Pereira – 1.ª Classe, em que para o efeito foram tocados os hinos nacionais de Portugal e da Holanda, pelo quarteto de cordas da GNR. Foi feita a leitura do currículo do comandante da *Marechaussee* e do diploma de concessão da medalha, seguindo-se a sua imposição.

Após o momento alto da referida condecoração, S. Exa. o comandante-geral da GNR proferiu a sua alocução, seguida de um discurso do comandante-geral da *Marechaussee*.

e a assinatura no livro de honra, perseguido de um almoço de convívio.

Nesta receção do comandante-geral da *Marechaussee*, além de S. Exa. o 2.º comandante-geral e os comandantes do CO, CARI, CDF, UI e USHE, estiveram também presentes os inspetores e subinspetores, assessores e coordenadores da Guarda, bem como vários diretores e chefes dos Comandos e Órgãos, e representantes das categorias profissionais de sargentos, guardas e funcionários civis, assim como o oficial de ligação da *Guardia Civil* espanhola, que tiveram a oportunidade de testemunhar a honra desta visita.



PELA LEI E PELA GREI



Luitenant-generaal mr. H. van den Brink EMPM
Commandant Koninklijke Marechaussee

General Commander of Portuguese GNR
Lieutenant General Luis Francisco Botelho Miguel
GNR Headquarters
Largo do Carmo, 1200-092
Lisboa – Portugal

The Hague, 27 December 2018

Esteemed General, *Dear Luis,*

Let me once again congratulate you on a very successful Portuguese EUROGENDFOR presidency. The Royal Netherlands Marechaussee would like to thank the Portuguese presidency for guiding the working group meetings during the constructive discussions as well as for hosting several events in your beautiful country, including a successful CIMIN.

During the past year, due to the efforts of the GNR, we have made substantial progress in dealing with several topics. For example, important steps have been taken in the collaboration between EUROGENDFOR and civilian CSDP missions, and progress has been made regarding the Force Capability Concept. Besides this, the GNR has organized a very professional live exercise. We are very grateful for this. During our upcoming presidency, we aim to continue the efforts made by the Portuguese presidency. The importance of the topics addressed by Portugal, is affirmed by the Netherlands and I sincerely hope that the European Gendarmerie Force will maintain its focus on these topics.

I would like to explicitly thank the Portuguese chairman and the outstanding presidency team for their efforts during all of the meetings: Lieutenant Colonel João Carlos Marques Fonseca and Major João Duque Martinho. It was a real pleasure working with you.

I would also like to express my gratitude to our personal liaisons during the CIMIN, Major Jorge Meireles and Aspirant João Mendes, who took good care of us during the whole programme.

I would like to thank you again for your warm welcome and enlightening programme. It goes without saying that I was tremendously honoured to be presented the Medal of Dom Nuno Alvares Pereira – Merit of the Guarda Nacional Republicana. I will wear the medal with great pride.

And last but not least; I wish you, your family and all the men and women of the GNR a wonderful 2019!

Yours sincerely,


Harry van der Brink
Lieutenant General
Commander of the Royal Netherlands Marechaussee

I Seminário de Oficiais Superiores da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

A Guarda Nacional Republicana organizou entre os dias 10 e 24 de outubro de 2018, nas instalações da Escola da Guarda, em Queluz, o I Seminário de Oficiais Superiores da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), destinado exclusivamente para elementos das forças de segurança dos Estados-Membros da CPLP, que contou com a participação de 12 Oficiais oriundos da Polícia Nacional de Angola, de Polícias Militares do Brasil, da Polícia Nacional de Cabo Verde, da Polícia de Ordem Pública e da Guarda Nacional, ambas da Guiné-Bissau, da Polícia Nacional de São Tomé e Príncipe e da Polícia

Nacional de Timor-Leste.

Com a realização deste Seminário, inserido no âmbito do projeto Programa de Formação e Treino – Fase II, cofinanciado pelo Fundo de Segurança Interno, pretendeu-se contribuir para o reforço da formação e da capacitação dos Oficiais Superiores das Forças de Segurança da CPLP, nomeadamente através do desenvolvimento de redes profissionais, promovendo o entendimento e aprendizagem mútuos, bem como possibilitar o incremento do intercâmbio e a divulgação de conhecimento, de boa prática e de abordagens inovadoras no processo de tomada de decisão.



PELA LEI E PELA GREI



Ao longo de duas semanas foram abordados temas transversais à missão das forças policiais presentes, tais como a gestão estratégica e instrumentos de gestão, a cooperação internacional, a administração dos recursos internos, a gestão da formação, os princípios de atuação das forças e serviços de segurança, os sistemas de informação, os direitos humanos, a igualdade de género, o processo de decisão e a importância da comunicação e relações públicas.

Os participantes tiveram oportunidade de assistir a duas palestras, uma da responsabilidade do Sistema de Segurança Interna, e outra do Camões - Instituto

da Cooperação e da Língua.

No âmbito operacional, acompanharam de perto toda a Operação Trindade, que decorreu em Fátima, visitaram o Centro de Meios Aéreos de Alcaria do GIPS, bem como o Centro Integrado Nacional de Gestão Operacional, no Comando-Geral.

A cerimónia de abertura do Seminário foi presidida pelo Exmo. tenente-general José Nunes da Fonseca, 2.º comandante Geral da GNR, e a cerimónia de encerramento, presidida pelo Exmo. major-general Domingos Luís Dias Pascoal, comandante do Comando de Doutrina e Formação da GNR.



Concerto de Outono

No dia 2 de outubro de 2018, a Guarda Nacional Republicana realizou, no Museu Arqueológico do Carmo (Ruínas do Carmo), em Lisboa, o tradicional Concerto de Outono.

A Banda Sinfónica da GNR, sob a direção do maestro sargento-mor João Aires Moreira da Silva, atuou nesta edição, com a participação especial do Coro do Teatro Nacional de São Carlos, perante uma expectante plateia de militares, familiares e civis que quiseram associar-se a este evento de entrada livre.



PELA LEI E PELA GREI







Introdução

No dia 10 de dezembro de 2018, no Quartel do Carmo em Lisboa, realizou-se a primeira celebração do dia da fundação da Guarda Nacional Republicana, evocando a mesma data de 1801, por ocasião do 217.º aniversário da criação da Guarda Real de Polícia, dando público testemunho das origens da Guarda como Força de natureza militar.

Para esta ocasião tão especial convidaram-se todos os militares da Guarda que no ano de 2018 transitaram para a situação de reserva.

O evento iniciou-se no Largo do Carmo, com a prestação das devidas honras militares, executadas por uma Guarda de Honra, ao comandante-geral da Guarda Nacional Republicana, S. Exa. o tenente-general Luís Francisco Botelho Miguel, que presidiu à celebração.

No elenco do programa da comemoração, o coronel Nuno Andrade deu uma conferência sob o tema «Dia da Fundação, Origem da Guarda Nacional Republicana», na sala General Afonso Botelho, à qual se seguiu uma cerimónia militar na parada de Cavalaria, onde também alguns militares figuraram em trajes de uniformes históricos.

Para além dos momentos característicos de uma cerimónia militar, realça-se o ensejo de condecorações dos militares que se destacaram pelos serviços prestados e a imposição de uma insígnia a todos os militares que transitaram para a reserva, remetendo para o comprometimento com a Instituição. Estes militares entregaram os brasões de armas da GNR aos novos elementos que recentemente ingressaram nesta Força de Segurança, simbolizando a passagem de testemunho e rejuvenescimento da Guarda.

A cerimónia contemplou ainda uma visita ao Museu da GNR, onde foi inaugurada uma exposição temporária alusiva à Guarda Real de Polícia, que esteve patente até ao dia 30 de janeiro, terminando a solenidade no corredor D. Nuno Álvares Pereira, com o requinte de um belíssimo «Porto de Honra».



PELA LEI E PELA GREI





PELA LEI E PELA GREI







DECRETO.

SENDO muito conveniente , não só para a segurança , e tranquillidade da Cidade de Lisboa , Capital dos Meus Vastos Dominios , mas para que na mesma a ordem da Policia receba huma nova consolidação , que á imitação das outras grandes Capitaes se estabeleça hum Corpo permanente , o qual vigie na conservação da ordem , e tranquillidade pública , e que obedeça , no que toca á disciplina Militar , ao General das Armas da Provincia , e no que toca ao exercicio das suas funções , ao Intendente General da Policia : Hey por bem crear huma Guarda Real da Policia de Lisboa , de pé , e de cavallo , para vigiar na Cidade de Lisboa , e para a guardar pela fórma , e maneira , que se regula no Plano , que baixa com este , afinado pelo Ministro , e Conselheiro de Estado D. Rodrigo de Sousa Coutinho , a quem Fui servido encarregar de levar á Minha Real Presença os Negocios concernentes á Inspeção da Policia da Corte e Reino ; o qual Plano em toda a sua extensão , e particularidades se entenderá formar parte deste Decreto. Assim o Mando

*

par-

Guarda Real da Polícia - Origem da Guarda Nacional Republicana

Pelo coronel Nuno Andrade

Criação da Guarda Real da Polícia de Lisboa

O Decreto de 10 de dezembro de 1801 assinala a histórica criação da Guarda Real da Polícia de Lisboa, primeiro corpo policial profissional em Portugal, sendo a percussora das Guardas Municipais de Lisboa e do Porto (que lhe sucederam de 1834 a 1910), das Guardas Republicanas de Lisboa e do Porto (de 1910 a 1911), da Guarda Nacional Republicana (a partir de 1911), bem como da generalidade de forças e serviços de segurança nacionais, marcando ainda o final dos Corpos de Quadrilheiros, que subsistiam em Portugal desde, pelo menos, 1383.

A fundação da Guarda Real da Polícia de Lisboa (GRP de Lisboa) assinalou a criação do primeiro corpo genárdmico português e primeira gendarmaria criada num país fora da esfera de ocupação da *Gendarmerie Nationale* francesa, esta criada em 1791, no seguimento da Revolução Francesa de 1789. À criação da *Gendarmerie Nationale* francesa seguiram-se, a partir de 1795, as gendarmarias na

Bélgica, Luxemburgo, Holanda e em alguns Cantões da Suíça, durante a ocupação francesa dos respetivos territórios (para além do Corpo de *Carabinieri* e da *Guardia di Finanza* em Reinos da futura Itália). Ao contrário desses países, a criação da GRP de Lisboa, em finais de 1801, ocorreu em resposta à crise social gerada pelas consequências do trágico terramoto de Lisboa de 1755, à ineficácia das rondas civis pelos Corpo de Quadrilheiros perante os bandos de criminosos que infestavam a Capital, à necessidade de coercividade na cobrança de impostos e combate ao contrabando, à ociosidade e indisciplina que grassava nos quartéis do Exército na Capital, para além da defesa das instituições do regime, tendo em conta os ideais liberais surgidos com a independência dos EUA, com a Revolução Francesa e com o conseqüente contexto internacional de guerra entre os blocos francês e inglês.

Meio ano depois da criação da GRP de Lisboa, inseridas nessa Guarda, foram criadas as Guardas

de Barreiras, para guarnecer as barreiras fiscais e cancelas marítimas da cidade de Lisboa, para além de integrarem, ainda, a Guarda Real da Polícia no mar, até 1818.

Na génese da criação da GRP de Lisboa encontra-se o pioneiro alvará com força de lei de 25 de junho de 1760, decretado no reinado de D. José I, cinco anos depois do terramoto de Lisboa, por ação do marquês de Pombal, em que este se evidenciou, também, pela severidade com que reprimiu a criminalidade e alterações à ordem pública e impôs a normalização da habitabilidade, tranquilidade e segurança na Capital. Esta visionária lei veio concentrar e regular melhor as leis que do antecedente existiam para o exercício da função policial em Portugal, separando a justiça contenciosa das tarefas policiais. Esta lei instituiu, também, a Intendência-Geral da Polícia da Corte e do Reino, com «*ampla e ilimitada jurisdição na matéria da mesma Polícia sobre todos os Ministros Criminais, e Civis*», em que o cargo de intendente-geral da Polícia antecedeu em sete anos a criação, na França de Luís XV, do cargo de *Lieutenant-Général de Police*¹.

Paralelamente à «reforma da segurança interna», o marquês de Pombal foi igualmente decisivo na «reforma militar», avançando na afirmação institucional e profissional dos militares, na sua especialização e profissionalização, sobretudo ao chamar o conde de Lippe, que de 1762 a 1764 reorganizou o Exército Português.

No modelo de «segurança interna» preconizado pelo marquês de Pombal, as «funções policiais» vão-se autonomizar das «funções judiciais», permitindo o arranque da especialização, profissionalização e modernização das polícias.

No seguimento da lei de 1760 e depois da retirada do poder do marquês de Pombal, foram nomeados intendentess da Polícia, os desembargadores Inácio Ferreira Souto e Manuel Gonçalves de Miranda, cuja

discreta ação inverteria a capacidade de reposição e normalização da ordem e segurança pública na Capital. Rapidamente aumentou a criminalidade e insegurança na cidade de Lisboa, evidenciando-se a reduzida capacidade de intervenção e organização do Corpo de Quadrilheiros e a indisciplina militar, dentro e fora dos quartéis, perda que estava a organização e disciplina impostas pela ação do conde de Lippe.

Neste contexto, em 1780, por decreto de 18 de janeiro, foi nomeado intendente-geral da Polícia, D. Diogo Inácio de Pina Manique, que à época desempenhava os cargos de superintendente-geral dos Contrabandos e Descaminhos, administrador-geral da Alfândega Grande de Lisboa e feitor-mor das restantes Alfândegas. Pina Manique evidenciou-se na iluminação da cidade de Lisboa e na criação de um corpo policial que pudesse proteger os seus habitantes à semelhança do policiamento de Madrid e sobretudo do *Guet* e da *Maréchaussé* de França, para, entre outras funções policiais, «*auxiliar as diligências da Justiça*»².

Perante as múltiplas dificuldades, o crescente aumento da criminalidade na Capital, vitimando os cidadãos e seus bens, chegando a atingir os navios ancorados no rio Tejo, os cofres da Alfândega de Lisboa e os bens da coroa, o intendente Pina Manique apoiou-se na colaboração do Exército, tendo organizado em 1793, um Corpo com cerca de uma centena de militares. Tratava-se de uma espécie de Companhia de Polícia, sob o comando de Oficiais reformados, que estaria na génese da criação da GRP de Lisboa. O lançamento e primeiro policiamento terá ocorrido no Terreiro do Paço, na noite de 11 de agosto de 1793, nas vésperas do embarque das Divisões portuguesas para a campanha do Rossilhão, ao lado de espanhóis e ingleses, contra a França revolucionária.

Oito anos depois, a Guarda Real da Polícia de Lisboa foi formalmente criada através do Decreto de 10 de dezembro de 1801, no reinado do príncipe regente D.

João VI, sob direção de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, ministro e conselheiro de Estado e presidente do Real Erário (Finanças). Por Decreto desse mesmo dia foi nomeado, pelo príncipe regente, como seu primeiro comandante, o tenente-coronel Jean Victor, conde de Novion, promovido a coronel em 1802. Este era um militar aristocrata francês, exilado desde janeiro de 1792, que teve ação decisiva na implementação, disciplina e dinamismo policial da GRP de Lisboa, bem como na autoria dos desenhos dos seus vistosos uniformes, atualmente expostos no Museu da GNR (pág. 62).

O Quartel General da GRP de Lisboa foi instalado no Quartel do Largo do Carmo, que serviu igualmente de habitação do seu comandante. Desde então, o Quartel do Carmo de Lisboa esteve sempre ao serviço dessa Guarda e das Guardas que lhe sucederam até à atualidade. A partir de 1807 esteve igualmente instalada no Quartel do Carmo, a 7.^a Companhia de Infantaria, mantendo-se nessa época, parte das instalações conventuais, ao serviço dos frades carmelitas, até 1834, data em que terminou a ocupação religiosa do convento, pelo Decreto de 28 de maio, no ano que assinalou igualmente a extinção das GRP³.

A GRP de Lisboa foi organizada como corpo militar para o desempenho de funções policiais, sendo a primeira instituição policial profissional, assalariada, armada, hierarquizada e uniformizada, que existiu em Portugal. Era constituída por militares *«a pé e a cavalo»*, ou seja, composta por militares de Infantaria e de Cavalaria (ainda hoje as principais armas da GNR), obedecendo *«no que toca à disciplina militar, ao general das Armas da Província, e no que toca ao exercício das suas funções, ao Intendente Geral da Polícia»*. Tal reflete a original dupla dependência (que se manteve até à atualidade na GNR), ou seja, a dependência policial – através do intendente-geral da Polícia (dependência

civil, atualmente no Ministério da Administração Interna) e a dependência militar – através do general das Armas da Província (atualmente através do Ministério da Defesa Nacional)⁴.

A GRP de Lisboa tinha como missão a segurança e tranquilidade na cidade de Lisboa, bem como a observância da ordem e execução das leis, incidindo o seu serviço numa vigilância assídua e firme, capaz de reprimir os infratores das leis e perturbadores do sossego público.

Para o desempenho de tão ampla missão, na senda da sua divisa *«Vigilância e Segurança»*, era necessário um efetivo não só numeroso, mas também devidamente selecionado. Relativamente ao recrutamento, o Decreto de criação, no pgf. II, previa que o novo corpo policial *«(...) será formado pelos melhores soldados, e escolhidos em todo o Exército, não só entre os mais robustos, fortes, solteiros, e até 30 anos de idade, por serem as funções a que são destinados mais penosas ainda que as da Guerra; mas também de boa morigeração, e conducta...»*. Inicialmente, a organização de 1801 previu um efetivo de 638 militares: 10 no Estado-Maior, 424 nas oito Companhias de Infantaria e 204 nas quatro Companhias de Cavalaria, para além de 227 cavalos. Estes números foram considerados insuficientes para o cumprimento das suas múltiplas tarefas policiais e os efetivos seriam sucessivamente ampliados. Logo em 1802, através do Decreto de 26 de maio, foi aumentada em 15 praças para cada companhia de Infantaria e seis praças nas de Cavalaria. Nesse ano, foram nomeados os Oficiais do Estado-Maior e das Companhias, através do Decreto do Conselho da Guerra de 14 de janeiro.

Para suprimir a insuficiência inicial de efetivos, a GRP de Lisboa valeu-se do apoio por parte de patrulhas das unidades regimentais do Exército, aquarteladas na Capital, que durante o desempenho dos serviços

PELA LEI E PELA GREI

de patrulhamento policial ficavam na dependência do Comando da Guarda.

Apesar das limitações dos efetivos, meio ano depois da sua criação, era reconhecido o sucesso desta pioneira força: «*Em atenção ao bom Serviço da Guarda Real da Polícia, pelo qual se conseguiu a tranquilidade publica da Capital, e a utilidade da Real Fazenda, evitando-se os maiores descaminhos dos Reais Direitos*». Por tal facto foi ampliada e «*cessaria inteiramente o referido auxilio dos Regimentos aquartelados na Corte*»⁵.

Assim, em 1805 duplicaram os seus efetivos iniciais, contando com 1241 militares e 269 cavalos, para além de mais duas Companhias de Infantaria, que passaram a totalizar 10, em vez das oito anteriormente existentes. Este aumento de efetivos acompanhou a crescente importância que era dada à sua missão e o reconhecimento do bom desempenho do serviço para a segurança e tranquilidade pública da Capital, passando a partir de outubro de 1805 a assegurar, também, a vigilância e segurança nos subúrbios da cidade de Lisboa.

Em 1810, por proposta do general Beresford, a GRP de Lisboa passou a ser considerada corpo de elite e os seus efetivos foram novamente aumentados, totalizando 1326 militares: 38 no Estado-Maior, 1030 nas dez Companhias de Infantaria e 258 nas quatro Companhias de Cavalaria. Este número estabilizou sem grandes alterações até 1828, sendo novamente ampliado a partir daí, totalizando em 21 de agosto de 1830, 1919 militares e mais de 350 cavalos.

Se considerarmos que a população de Lisboa, neste período, rondava os 200 000 habitantes, contrastando com as críticas às insuficiências de efetivos, a GRP de Lisboa possuía um efetivo numeroso, pois «*existia um guarda para cada 313 residentes, no momento da sua criação, e 1 guarda para cerca de 151 residentes entre 1810 a 1828; comparada com Paris, que dispunha de um guarda por 482 residentes*»⁶.

Apesar da GRP de Lisboa visar a tranquilidade interna da Capital e seus limites, o Plano de criação de 1801 explicitava que «*Sua Majestade quer que o Corpo da G. R. P. seja uma Força Nacional*».

Assim, não é de estranhar que a GRP de Lisboa fosse também empenhada em serviços, escoltas de Cavalaria, combate a incêndios, diligências e destacamentos em outras partes do território nacional, incluindo a segurança às principais vias de comunicação do país, casos da estrada do Alentejo e da Beira, para além de acorrer a situações de grave alteração da ordem pública em outras localidades nacionais, tendo inclusive combatido nas invasões francesas e durante a Guerra Civil em diversas partes do território nacional, como veremos adiante⁷.

Este inicial modelo de segurança interna surgiu em paralelo com a fiscalização de impostos, dada a criação das Guardas de Barreiras em 7 de maio de 1802, agregadas na GRP de Lisboa, assumindo funções policiais de tributação fiscal e aduaneira, mas também de fiscalização da costa, de fronteiras, informações e controlo de estrangeiros, indispensáveis à viabilização económica de Portugal e à garantia da sua soberania, estabilidade e prosperidade.

Assim, a GRP de Lisboa assumiu igualmente um importante papel no combate ao contrabando, descaminhos e infrações tributárias, fiscais e aduaneiras, sobretudo em prol da Fazenda Nacional, das Alfândegas, da «*Real Junta do Commercio*» e do «*Real Contrato do Tabaco*», garantindo que as mercadorias destinadas à Capital entrassem pelas portas alfandegárias, barreiras de terra ou cancelas marítimas e fluviais, onde lhes eram cobrados os respetivos impostos. Este modo foi organizado de forma a dotar o país de capacidade de coercibilidade para o cumprimento da lei, quer em benefício da segurança pública de pessoas e bens, quer na cobrança de impostos, o que se revelou mais uma das

garantias do sucesso da GRP de Lisboa e das forças e serviços de segurança que lhe sucederam.

A originalidade e bom desempenho desta Guarda acabou por provocar algum desconforto junto de outras forças militares aquarteladas em Lisboa, sobretudo em razão da GRP de Lisboa beneficiar de algumas regalias. Entre essas, a superior remuneração dos seus militares, a preferência que lhe era dada, constante no pgf. XX do Decreto fundador: *«em concorrência com qualquer outro Corpo de Tropas, terá o lugar de honra a Guarda Real da Polícia de Lisboa, conforme a antiguidade da sua criação»*, para além de que o seu primeiro comandante era um cidadão estrangeiro e o seu posto militar era inferior ao dos principais regimentos da Capital. As rivalidades atingiram sobretudo os regimentos, o do marquês de Alorna, sediado em Alcântara, e o do general Gomes Freire de Andrade, sediado em Campo de Ourique. Esse sentimento esteve na génese dos acontecimentos em finais do mês de julho de 1803, que ficaram conhecidos como «motins de Campo de Ourique», envolvendo a GRP de Lisboa e o Regimento de Infantaria n.º 4, aquartelado nesta localidade que esteve na origem do nome dos motins, nos quais se envolveram militares dessas unidades e civis, com destaque para os antagonismos diretos entre o coronel Jean Victor e o general Gomes Freire de Andrade, comandantes das forças envolvidas. Esses motins assinalaram o primeiro pronunciamento militar em Portugal na Idade Contemporânea (pós-Revolução Francesa), levando a uma viragem política na segurança interna e externa, ao afastamento do intendente Pina Manique e do ministro Rodrigo de Sousa Coutinho, passando o país a ser dominado pela política e políticos estrangeiros. Desde então, passaram a evidenciar-se as disputas entre «afrancesados» e «inglesados», com domínio dos primeiros, aquando das invasões francesas,

alternando com os segundos na dominação militar inglesa que se seguiu às invasões.

Nos seis primeiros anos, a GRP de Lisboa consolidou-se ao serviço da segurança pública, sobretudo na Capital e apesar das profundas ruturas que se seguiram à ocupação e invasões francesas, a boa memória deixada por esta primeira Força de Segurança será lembrada nos anos seguintes e o seu modelo mantido desde então.

A GUARDA REAL DA POLÍCIA E AS INVASÕES FRANCESAS

Durante as invasões francesas, a GRP de Lisboa passou a ser designada de Legião da Polícia de Lisboa, tendo alguns dos seus militares desertado logo no início da ocupação do território nacional e mais tarde combatido o invasor francês.

Ao contrário do Exército, a governação francesa, liderada por Junot, não mandou desmobilizar a Legião da Polícia que continuou a desempenhar a sua missão de segurança interna na Capital. O que restou do Exército, depois de dissolvido e desarmado, foi reorganizado pelo marquês de Alorna e por ele levado, na sua maioria, para França, tendo como 2.º comandante o general Gomes Freire de Andrade. A generalidade do que restava do Exército português acabou por ser incorporado no Exército francês, por Decreto Imperial, com o nome de «Legião Portuguesa». No arranque da primeira invasão francesa, o príncipe regente D. João e a Corte portuguesa embarcaram para o Brasil em 27 de novembro de 1807, nomeando no dia anterior um Conselho de Regência para a governação do Reino, com nove personalidades representativas da nobreza, clero e magistratura, com instruções de receber as forças invasoras, como se de aliados se tratassem. Nesse sentido, o conde de Novion, comandante da GRP de Lisboa, e diversas personalidades nacionais, foram receber Junot e as forças invasoras francesas a Sacavém,

PELA LEI E PELA GREI

no dia 29 de novembro, tendo-as acompanhado até Lisboa, onde entraram escoltadas pela GRP de Lisboa, sendo recebidas amistosamente pelos membros da Regência, representantes da nobreza, autoridades civis, militares e eclesiásticas. Os conflitos nas ruas de Lisboa começaram, sobretudo no dia 13 de dezembro, quando foi substituída a bandeira nacional pela francesa, no castelo de S. Jorge.

Na Capital, o conde de Novion assumiu a direção das forças militares e de segurança, sendo-lhe mantidas por Junot as funções de comando da GRP de Lisboa, então designada Legião da Polícia de Lisboa, sendo nomeado governador das Armas da Capital em 8 de dezembro de 1807 e promovido em 1 de abril de 1808 a marechal de campo do Exército Português.

Depois de Junot assumir a governação e ter extinto o Conselho da Regência, no dia 1 de fevereiro de 1808, a resistência ao ocupante francês foi-se organizando por todo o país, através de Juntas, sobretudo a Norte. Destacou-se especialmente a Junta do Porto, que instituiu nessa cidade a Junta Provisional do Governo Supremo, reconhecida e apoiada por ingleses e espanhóis, e que passou a assumir a administração do Estado⁸.

Neste contexto de resistência ao ocupante estrangeiro, logo na primeira invasão francesa, vários militares da GRP de Lisboa abandonaram o serviço, como foi o caso de cinco desertores em março de 1808, e sobretudo de uma Companhia de Cavalaria, comandada pelo tenente Francisco Eleziário de Carvalho, tendo como adjunto o alferes Joaquim Miguel de Andrade, constituída por mais de uma centena de militares da GRP de Lisboa, reunidos entre diversos militares das 1.^a, 2.^a, 3.^a e 4.^a Companhias, que deixaram Lisboa e se reuniram, em 4 de agosto de 1808, às forças anglo-portuguesas, concentradas em Coimbra⁹.

das decisivas batalhas da Roliça e do Vimeiro, respetivamente em 17 e 21 de agosto de 1808, contavam-se pelo menos 41 militares desta Companhia da GRP de Lisboa, em cada uma dessas batalhas. A vitória na última dessas batalhas determinou a derrota dos ocupantes e fim da primeira invasão francesa. Assim, as tropas de Junot, nos termos da controversa Convenção de Sintra de 30 de agosto de 1808, iniciaram a retirada de Portugal em meados de setembro, tendo o conde de Novion, tal como dois dos membros da Regência e outros Oficiais franceses, acompanhado as forças invasoras no regresso a França. Novion acabou por ser readmitido no Exército francês, fora da efetividade de serviço, com o posto de general de Brigada.

Efetivamente, a generalidade das personalidades de então teve de tomar «partido», quer pela «França republicana», quer pela «Inglaterra conservadora», num contexto de «*política de transigências, baixesas e habilidades*», de alternância «dominação-submissão» e de ruturas no poder e na autoridade, agravado pelo flagrante enfraquecimento do aparelho do Estado, pelas graves ruturas sociais e políticas, pela resistência e guerra ao ocupante francês, seguido da dominação inglesa¹⁰.

Certo é que o período do comando da GRP de Lisboa pelo conde de Novion será recordado mais tarde, interna e externamente, pela sua energia e dinamismo, especialmente no período difícil da Revolução Liberal, entre finais de 1822 e inícios de 1823, em que o seu comando é lembrado como a «*época da maior reputação de segurança Pública desta Capital*»¹¹.

Após a retirada do conde de Novion no final da primeira invasão e das deserções de parte significativa do efetivo da GRP de Lisboa¹², esta retomou as suas funções, seguindo-se o comando do coronel Filipe de Sousa Canavarro, entre 18 de outubro de 1808 e 3 de julho de 1813. Este presidiu no Quartel do Carmo

ao Conselho de Guerra que condenou o comandante da Praça de Almeida, pela rápida entrega às tropas francesas, entre outros conselhos de guerra, incluindo aos militares desertores da GRP de Lisboa.

Entretanto, a Companhia da GRP de Lisboa, que tinha abandonado a Capital para se reunir em Coimbra às tropas anglo-portuguesas, participou nos combates para a tomada de Coimbra, de 7 de outubro de 1810, poucos dias depois da batalha do Buçaco. Quatro dias depois dos combates de Coimbra, apesar de saírem vencedoras as forças nacionais, estas retiraram para as estratégicas linhas de Torres Vedras, que os invasores não conseguiram ultrapassar, impedindo-os de chegar à Capital. As forças aliadas, lideradas por Wellington, forçaram de seguida a retirada dos invasores, que em outubro de 1811, ultrapassaram a fronteira, seguindo-se a perseguição em Espanha, até à entrada e capitulação em França, na primavera de 1814.

As invasões francesas foram determinantes para a criação da Guarda Real da Polícia do Porto (GRP do Porto). Nessa época existia um Corpo de Cavalaria da Guarnição e da Polícia da Cidade do Porto, estabelecido pelo Plano constante no Decreto da Junta Provincial do Governo Supremo, de 10 de setembro de 1808, com efetivo de 60 militares, sendo o seu comandante o capitão José Pereira da Silva Leite de Berredo. Este Corpo da Polícia foi reorganizado e aumentado depois das invasões francesas de 30 de dezembro de 1811. O capitão Berredo voltaria a ser protagonista como um dos membros do Conselho Militar que em 24 de agosto de 1820 instituiu na cidade do Porto, a Junta Provisional do Governo Supremo do Reino, iniciando nessa cidade a Revolução Liberal. Quatro anos depois, através do Decreto de 17 de fevereiro de 1824, em período de contrarrevolução absolutista, foi finalmente formalizada a organização da GRP do Porto. Esta era constituída por Estado-Maior e Menor,

duas Companhias de Infantaria e uma de Cavalaria, num total de 289 militares e 65 cavalos, sendo agora seu comandante, o major de Infantaria João Wagner Russel¹³.

As invasões francesas e a presença da Corte portuguesa no Brasil foram igualmente determinantes para a criação da Divisão Militar da Guarda Real da Polícia no Rio de Janeiro, em 13 de maio de 1809, em tudo semelhante à GRP de Lisboa. Esta foi constituída por Estado-Maior, três Companhias de Infantaria e uma de Cavalaria, num total de 218 militares, sob comando do capitão José Maria Rebello de Andrade Vasconcellos e Souza, que tinha comandado uma das Companhias da GRP de Lisboa.

A criação da Guarda Real da Polícia no Rio de Janeiro assinalou a criação da primeira gendarmaria fora do território europeu¹⁴, estando na origem da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, da Polícia Militar do Distrito Federal e da generalidade das polícias militares estaduais brasileiras. No ano de 1815, a Corte portuguesa elevou o Brasil à categoria de Reino, passando o país a designar-se Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. Nesse ano iniciaram-se as revoltas nas fronteiras do Brasil, intensificando-se a conflituosidade em 1817 com a Revolução Pernambucana. Em contexto de revoltas no Brasil e da Revolução Liberal em Portugal, o rei D. João VI¹⁵ regressou a Portugal em 1821, proclamando-se a independência do Brasil no ano seguinte, com intervenção da GRP do Rio de Janeiro ao lado do infante D. Pedro, permitindo a sua permanência e aclamação como primeiro imperador do Brasil, com o nome de Pedro I.

A independência do Brasil inseriu-se num contexto mais amplo de independências dos países da América Latina, que na generalidade ocorreram entre 1810 e 1830, numa conjuntura contagiada pela independência dos EUA, ocorrida em 1776, e pela

PELA LEI E PELA GREI

Revolução Francesa de 1789.

No período das invasões francesas intensificou-se em Portugal o controlo de fronteiras e estrangeiros, decretando-se em 6 de março de 1810 o «Regulamento de polícia para conhecimento dos estrangeiros, que entrarem nestes Reinos, e dos que neles se acham Estabelecidos», com competências atribuídas às patrulhas da GRP de Lisboa, incluindo o controlo de passaportes e a vigilância do «desembarque dos passageiros dos paquetes». Assim se irá intensificar o controlo de pessoas e mercadorias nas entradas das barreiras e cancelas marítimas e fluviais da cidade de Lisboa, sobretudo para o controlo de estrangeiros e das movimentações

militares nas entradas e saídas da cidade, bem como na fiscalização dos portos e da orla costeira nacional, criando-se governos militares nos portos marítimos, para um maior controlo das embarcações e apurar dos «motivos, e circunstâncias das suas entradas»¹⁶. Tal levou ao reforço da Esquadilha de Fiscalização Marítima da Costa, existindo relatos nas Linhas de Torres, de apoio às forças anglo-portuguesas em terra, por parte de bombardeamentos a partir de canhoneiras no mar, cujas embarcações se encontravam fundamentalmente afetas às Alfândegas, para cumprimento da missão fiscal e aduaneira, onde intervinha, também, a Guarda Real da Polícia no mar. Esta missão manteve-se até vésperas da Revolução



Modelo dos uniformes da Guarda Real da Polícia de Lisboa, de autoria do seu primeiro comandante, conde de Novion. Agualelas (montagem).

Liberal, uma vez que, «*Como foi creada huma Força Militar para a Polícia Marítima no anno de 1818, cessou desde entã o Serviço da Guarda Real da Polícia no mar*»¹⁷.

Ainda no contexto das invasões francesas, com uma parte significativa da GRP de Lisboa a combater as tropas ocupantes, a vigilância e segurança na Capital, por Decreto de 28 de maio de 1810, foi complementada com a criação de comissários e cabos de Polícia, numa estrutura de policiamento civil, na senda da que se verificava desde o tempo dos Quadrilheiros medievais. Tratava-se de pessoas do povo, designadas para o cumprimento dessas funções, nas suas ruas e bairros. Nessa estrutura, os cabos de Polícia, «*um em cada rua*», eram obrigados a dar parte «*ao seu respectivo Comissário de todos os acontecimentos do dia, e noite antecedente*»¹⁸.

Dominação Inglesa e Revolução Liberal

Após a retirada dos franceses seguiu-se a dominação militar inglesa, através da liderança e administração do general Beresford, perante a fragilidade da Regência e demais instituições portuguesas. Num contexto de militarização do Estado português, em 1816 ocorreu a reorganização do Exército, apostando num amplo recrutamento e numa maior ocupação militar do território, funcionando como circunscrições militares, comandadas pelos generais das Armas da Província, que entre outras tinham «*atribuições civis de manutenção do sossego e tranquilidade públicas, podendo para tal exercer, se necessário, acções de polícia*». Um Exército organizado e numeroso em Portugal garantiria aos ingleses a sua permanência e dominação militar e económica, para além de que esta poderosa força militar portuguesa poderia servir de reserva, podendo vir a ser utilizada na Europa, especialmente em Espanha e França.

Contra o controlo militar dos ingleses em Portugal e

em defesa da soberania do país emergiu um crescente descontentamento, em diversos setores nacionais, sobretudo no seio das elites militares portuguesas, até à designada conspiração do general Gomes Freire de Andrade que, uma vez, descoberta levou à sua condenação e à morte dos conspiradores, em 18 de outubro de 1817. Poucos meses depois foi criado o Sinédrio, enquadrando a maioria das Unidades militares do Norte e o Corpo da GRP do Porto, através do comandante dessa Guarda, tenente-coronel Berredo. Os membros do Sinédrio lideraram a organização de um movimento militar de cariz liberal, que culminou na revolução liberal iniciada em 24 de agosto de 1820, na cidade do Porto, com a proclamação da «Junta Provisional do Governo Supremo do Reino».

A Revolução Liberal atingiu a cidade de Lisboa em 15 de setembro de 1820, tendo um movimento de Oficiais subalternos do Exército deposto a Regência e instituído um governo interino. Poucos dias depois, em 28 de setembro, os governos liberais de Lisboa e do Porto convergiram numa única «Junta Provisional do Governo Supremo do Reino», que preparou eleições para as Cortes Constituintes e o texto da futura Constituição.

Perante a Revolução Liberal em julho de 1821, o rei D. João VI regressou finalmente do Brasil, com a rainha e o filho D. Miguel. O infante D. Pedro permaneceu no Brasil e no ano seguinte, perante a ameaça de recolonização dessa antiga colónia, foi aclamado imperador do Brasil. Dias depois, em 23 de setembro de 1822, foi promulgada a Constituição Portuguesa de cariz liberal. Esta teve intensa reação, opondo-se-lhe liberais conservadores e sobretudo os defensores da monarquia absoluta.

No «calor» da Revolução Liberal, diversas instituições são questionadas politicamente, sobretudo as mais conservadoras, como foi o caso da manutenção ou extinção da Intendência-Geral da Polícia (IGP) e das

GRP de Lisboa e do Porto. Acerca destas instituições, as críticas dos liberais incidiam, sobretudo, no «*poder discricionário do intendente, em particular o poder de jurisdição criminal que havia usurpado aos juizes, tornados seus «meros mandatários»*. Estas críticas extravasaram para a sociedade, cujos cidadãos chegaram mesmo a insultar, «*recusando-se a obedecer às suas ordens*» e «*resistia às prisões*»¹⁹.

Em questão estava especialmente o facto da IGP e das GRP terem sido criadas no final do Antigo Regime e na rutura napoleónica, ficando vinculadas às instituições do regime absolutista. Nesse histórico período de mudança, por vezes funcionaram como contrapoder, para tentar contrariar a doutrina liberal, especialmente a que se entranhava nas elites militares, para fazer frente aos seus Regimentos e para preservar as instituições do regime vigente. Nesse cenário, os liberais emergentes vão olhar para a IGP e para as GRP com desconfiança, procurando introduzir alterações, novas lideranças, novas instituições e uma nova ordem, adaptada aos novos tempos de mudança. Assim, assistimos à apresentação de diversas propostas de reorganização na segurança interna e externa, como em 2 de dezembro de 1822, que foi entregue pelo ministro e secretário de Estado dos Negócios da Justiça, ao Soberano Congresso, contendo um Plano de reorganização «*Da segurança publica do Reino de Portugal*». Este, no seu artigo X, previa a criação da «*Policia militar de Lisboa*» e tecia várias críticas ao policiamento efetuado pela GRP de Lisboa, designadamente porque as «*faltas que actualmente se notão no Corpo da Policia, não dependem da sua Organização, pois que ponderando-se assim organizada, fez sob-o Commando de Novion hum Serviço importantíssimo*». Em contraponto respondeu o comandante da GRP de Lisboa, coronel Bento Maria Lobo Pessanha, em 10 de fevereiro de 1823, procurando demonstrar que a GRP de

Lisboa assegurava nesse período um maior e mais intenso policiamento do que nos tempos idos do conde de Novion²⁰. Neste contexto, agravado pelos levantamentos absolutistas no Norte, em fevereiro de 1823, os liberais aceleraram a intenção de extinguir a IGP e as GRP, criando em março de 1823, as milícias civis da Guarda Nacional (GN) para a segurança interna, mas também para a defesa da nova governação liberal. As milícias da GN foram extintas três meses depois, em 13 de junho de 1823, em consequência da insurreição «Vilafrancada», de 27 de maio de 1823, numa reação conservadora, absolutista, que assinalou o primeiro revés na Revolução Liberal e que levou à abolição da vigência da Constituição de 1822. A GN acabou por ser reedificada em 29 de março de 1834, durando pouco mais do que uma década, até à sua definitiva extinção em 1846/1847²¹.

Reação Absolutista e Guerra Civil

As ruturas na sociedade nacional evidenciavam-se cada vez mais, dividida entre os adeptos da França republicana, dos ingleses conservadores, ou da Espanha absolutista apostólica. Os liberais dividiam-se, ainda, entre radicais vintistas e liberais conservadores. Estas divisões atingiram a família real, em que o rei D. João VI e D. Pedro seguiam a via da monarquia constitucional, em contraste com a rainha D. Carlota Joaquina e D. Miguel, defensores da monarquia absoluta e do clericalismo ibérico.

Aquando da reação absolutista ocorrida em 1823, na Vilafrancada, o rei nomeou o filho D. Miguel para a chefia do Exército e aboliu a Constituição de 1822. Seguiram-se várias conspirações envolvendo a rainha e D. Miguel, com destaque para a «Abrilada», ocorrida um ano depois, visando afastar o rei que acabou por decretar o exílio de D. Miguel.

Com a morte do rei em 10 de março de 1826, ocorreu uma grave crise dinástica. O herdeiro, D.

Pedro, abdicou ao Trono em favor de sua filha²², outorgando a Carta Constitucional em 31 de julho de 1826, que deveria ser jurada por D. Miguel, que se comprometeu a casar com a herdeira ao Trono. Contudo, as conspirações e contestação a esta solução dinástica e ao liberalismo não cessaram²³. D. Miguel regressou do exílio em 22 de fevereiro de 1828, jurou a Carta Constitucional, mas rapidamente a anulou, impondo-se como rei absoluto.

A reação liberal não se fez esperar. A resistência voltou a destacar-se na cidade do Porto, com a constituição de uma Junta em junho de 1828. As profundas divergências entre os liberais ficariam para mais tarde²⁴. Em Angra do Heroísmo, na ilha Terceira, foi constituído um Conselho de Regência Liberal nomeado por D. Pedro, que abdicou ao Trono brasileiro em abril de 1831, regressando a Portugal. A partir daí, o país fracionou-se entre miguelistas e liberais, arrastando a generalidade da sociedade nacional e as suas instituições, incluindo as GRP. Estas, fieis à tradição de permanecem leais ao regime vigente, mantiveram-se ao lado do rei D. Miguel.

Dada a tradição liberal na cidade do Porto, onde emergiu a revolução vintista de 1820, D. Miguel cedo apostou na reforma das instituições dessa cidade. Assim ocorreu com a GRP do Porto, que no arranque da contrarrevolução absolutista viu aprovadas as «*Instruções para a organização da Guarda Real da polícia da Cidade do Porto*», em 17 de fevereiro de 1824. A GRP do Porto adotou o modelo da sua congénere de Lisboa, regulando-se inclusivamente pelo Plano e Decreto da sua criação de 10 de dezembro de 1801. A Guarda portuense manteve ainda, idêntico uniforme, armamento, soldo, estatuto e funções que a de Lisboa. Manteve a tradicional dupla dependência, estando subordinada ao general encarregue do Governo das Armas do Partido do Porto e ao magistrado delegado do intendente-

geral da Polícia no Porto. Todavia, acrescia a essa dupla dependência local, as ordens que diretamente recebia, quer da Intendência-Geral da Polícia, quer da Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra.

Claro que no contexto de reação miguelista, as instruções elaboradas por esse regime para a (re) organização da GRP do Porto impuseram exigências de fidelidade e adesão aos direitos da Realeza, prevendo que os militares «*que actualmente compõem...*» a GRP do Porto, se «*forem capazes de servir de exemplo aos que de novo hão de ser chamados a alistar-se neste Corpo, poderão ser nelle conservados: todos os outros voltarão aos Corpos, ou posição de que tiverem sahido*». Os seus militares prestavam serviço por períodos «*sómente de quatro anos*», podendo continuar se «*disso se tiverem feito mercedores pelo seu comportamento*». Por outro lado, se o efetivo no «*futuro se esquecer de corresponder ao conceito que mereceo, quando nelle se alistou, será mandado regressar para o Corpo de que tiver vindo*».

Mais tarde, D. Miguel reforçou ambas as GRP, insituído Companhias de Voluntários Realistas Urbanos «*junto a cada uma das companhias da polícia*», através do Decreto de 26 de maio de 1828. Assim, cada uma das subunidades das GRP seria reforçada com uma dessas Companhias, constituídas cada uma por 65 militares, sob comando de capitão ou tenente²⁵.

Estas Companhias inseriram-se num plano mais amplo, em que o regime miguelista, para a defesa do absolutismo e das suas instituições, organizou, através do citado Decreto de 1828, o Corpo de Voluntários Realistas, composto por 2 692 militares, «*fardados á sua custa*». Tratava-se de uma força equiparada à da Guarda Nacional, mas de sentido contrário, uma vez que esta tinha sido criada pelos liberais vintistas, para a defesa dos novos ideais e instituições liberais.

Neste dramático momento da vida nacional, enquanto D. Miguel reformava e reforçava as instituições,

PELA LEI E PELA GREI

preparando-as para a defesa do regime conservador absolutista, os liberais intensificavam a resistência, concentrando esforços em torno do Conselho de Regência que instituíram nos Açores. Este, abria caminho para a «primeira monarquia constitucional», produzindo intensa ação legislativa através de Mouzinho da Silveira²⁶, numa «onda» reformadora que se espalhou ao continente, com as forças liberais comandadas por D. Pedro IV a desembarcar perto de Mindelo, a norte do Porto, em 8 de julho de 1832, entrando nessa cidade no dia seguinte, sem grande oposição.

A GRP do Porto, tal como a generalidade de forças militares da guarnição do Porto, retirou da cidade em movimento para sul do rio Douro, integrando a 1.ª Brigada, da 4.ª Divisão. O comandante da GRP do Porto, coronel de Infantaria João Wager Russel, assumiu o comando dessa Brigada que integrou ainda os Corpos de Milícias, Infantaria de Cascais e Voluntários Realistas, tendo participado nos primeiros combates da Guerra Civil, em 22 e 23 de julho de 1832, designadamente «nas ações de Valongo e Ponte de Ferreira, choques iniciais da sangrenta luta que, durante quase 2 anos, se iria travar»²⁷.

Durante o Cerco do Porto, suportado pelos liberais até julho de 1833, a GRP do Porto esteve afeta às forças sitiadas miguelistas, integrando a Brigada Provisória da 3.ª Divisão, permanecendo a sul do Douro. Malgrado o cerco, a GRP do Porto, sob o comando de Bourmont, retirou para Coimbra, integrando no dia 9 de agosto de 1833, a coluna do general Gouveia Osório. Nessa cidade, no dia 13, reuniu-se à GRP de Lisboa que aí tinha chegado no dia 9 ou 10 de agosto. Também a GRP de Lisboa tinha abandonado a sua cidade, acompanhando os restantes Corpos da guarnição militar de Lisboa, após a entrada vitoriosa dos liberais na Capital, no dia 24 de julho de 1833. O efetivo da GRP de Lisboa à chegada a Coimbra era

de cerca de 2 000 militares das armas de Infantaria, Cavalaria e Artilharia, transportando «*quatro bocas de fogo de calibre 3*», que possuía desde 1828²⁸.

De Coimbra, ambas as GRP partiram em direção a Lisboa, no dia 15 de agosto de 1833. Constituíam com os Voluntários Realistas de Chaves uma Brigada, comandada por Luís de Bourmont, integrada na coluna divisionária de Laroche-Jaquelein, todas sob o comando do tenente-general Clouet. Estas forças chegaram às imediações de Lisboa nos dias 25 e 26 de agosto. Em 5 de setembro ocorreu o início da ofensiva sobre a Capital, tendo a Brigada em que se inseriam as GRP ficado em «*reserva, bivacada, onde é a Alameda das Linhas de Torres, entre o Campo Grande e o Lumiar*». Todavia, dias depois, em 14 de setembro, inseridas nessa mesma Brigada, as Companhias de Infantaria das GRP formaram «*o primeiro escalão de ataque, vindo da Portela de Sacavém sobre a Penha de França*», onde dos combates resultaram «*entre mortos e feridos, cerca de 70 homens*»²⁹.

O malogro da ofensiva miguelista sobre a Capital levou à substituição no comando do Exército miguelista do conde de Bourmont (pai de Luís Bourmont) por Macdonell. Desde então, a Infantaria das GRP passou a estar geralmente em reserva. Da Cavalaria das GRP, pelo menos dois Esquadrões estiveram empenhados, desde março de 1833, nas operações no «*Algarve onde operam até ao fim da guerra civil*».

A ofensiva sobre Lisboa foi repelida pelos liberais, tentando os miguelistas uma ação de cerco à Capital. Aí, destacaram-se as forças da GRP, que ocuparam o setor «*à esquerda da linha de ataque, apoiando a defesa da Portela de Sacavém, entre o Mirante do Freire e o Pote de Água*». Nessa posição, no dia 10 de outubro de 1833, as forças da GRP foram fortemente atacadas por forças sitiadas, lideradas por Saldanha, numa operação de surpresa, tomando a ofensiva para levantar o cerco da Capital.

Essa ofensiva liberal, proveniente do vale de Arroios, foi repelida pelas forças das GRP, que provocaram muitas baixas nas forças liberais, passando as Guardas «à ofensiva num brilhante contra-ataque, leva-o de vencida até ao Alto do Pina e mesmo até á Penha de França». Contudo, a ausência de reforços pedidos por Luís de Burmont, a rutura com as restantes forças miguelistas, o escurecer, e a reação das forças liberais ao aperceberem-se destas contrariedades, levaram as forças da GRP a retirar, sob pressão, para o Campo Grande. Aí, um Esquadrão da Cavalaria da GRP «se distingue por uma impetuosa carga, que executa sobre uma coluna liberal», concentrando-se depois no Lumiar. No dia seguinte, em 11 de outubro, as GRP ocuparam a esquerda da linha de combate, em Loures, junto à estrada de Lisboa, sendo a Cavalaria da Guarda a primeira a tomar contacto com as forças liberais, que acabaram por forçar a retirada das tropas miguelistas para Santarém.

Mais tarde, as forças das GRP de Lisboa e do Porto, integradas na Brigada Rebôcho, tomaram parte na importante batalha de Almoster de 18 de fevereiro de 1834. Depois de nova derrota na batalha da Asseiceira, perto de Tomar, em 18 de maio, a GRP, acompanhou «o movimento de retirada dos restos do Exército que guarneciam Santarém e dirige-se para Évora, onde é dissolvida a 26, em consequência da convenção de Évora-Monte»³⁰. Esta convenção marcou a assinatura do Tratado da Quadrupla Aliança, em que para além de Portugal, intervieram as potências inglesas, francesas e espanholas, assinalando o fim do absolutismo e do Antigo Regime em Portugal.

Vitória Liberal e Extinção das Guardas Reais

Com o fim do absolutismo caíram, igualmente em 26 de maio de 1834, as suas instituições, incluindo as GRP de Lisboa e do Porto. Os liberais, vencedores da Guerra Civil, não se esqueceram do empenhamento

das Guardas Reais na defesa das antigas instituições, extinguindo-as após 33 anos de existência.

Contudo, o sucesso dos primeiros anos da GRP de Lisboa e a falta que era sentida com a sua retirada da Capital, a partir de 1833, e mesmo desde a sua extinção em 1834, fez com que o seu modelo fosse replicado logo de seguida.

Assim, cerca de um mês depois da sua extinção, em 3 de julho de 1834, D. Pedro IV decretou a criação da Guarda sua sucessora, a Guarda Municipal de Lisboa, e um ano depois, a Guarda Municipal do Porto, em 24 de agosto de 1835.

A criação desta nova Guarda visava «manter o socego Público, afiançando a segurança da Cidade, sem ameaçar a sua Liberdade», encontrando-se as razões da sua rápida fundação, no Decreto de 3 de julho de 1834, pela «urgente necessidade de se prover á segurança da Capital, que não pode cabalmente ser guardada pelas rondas civis, que pesam sobre os seus habitantes, quando aliás pagam contribuições para aquelle importantíssimo serviço; nem pelas patrulhas Militares, que detrioram a disciplina dos Corpos».

Esta nova Guarda manteve, na essência, o modelo, organização e características da extinta GRP de Lisboa. Mudou-se sobretudo a designação e os uniformes, que se tornaram mais simples que os da antecessora. Inicialmente a dependência militar era omissa, contudo, a partir de meados do século XIX acentuou-se a sua organização militar. As Guardas Municipais passaram a constituir um apoio fundamental do regime monárquico constitucional, até à implantação da República em 1910, sendo substituídas pelas Guardas Republicanas de Lisboa e do Porto e a partir de 3 de maio de 1911, pela GNR. O seu Decreto fundacional continha uma fórmula que perdurou desde então em Portugal, assente num modelo policial e numa organização militar, na dupla dependência, no profissionalismo, disciplina e

enquadramento dos seus militares, na tradição dos uniformes e dos aquartelamentos.

Efetivamente a GRP foi a primeira força de segurança burocratizada, assalariada, uniformizada e armada, exclusivamente destinada à segurança interna da Corte e nas cidades de Lisboa e Porto.

Esta primeira Guarda agrupou a generalidade das funções policiais que tinham sido concentradas pelo marques de Pombal em 1760, na Intendência-Geral da Polícia. Dessa forma desempenhou um amplo espectro na vertente de vigilância, patrulhamento, prevenção e repressão criminal, informações, controlo de estrangeiros, fiscalização tributária, fiscal e aduaneira, combate a incêndios e outras calamidades, ordenação de circulação de carruagens, escoltas, honras de

Estado, serviços de guarnição, ordem pública e missões militares. Assim se compreende que esta primeira gendarmaria, criada fora do espectro da *Gendarmerie Nationale* francesa, esteve na origem das Guardas Municipais e das sucessoras Guardas Republicanas e da atual GNR, mas também das polícias de matriz civil, instituídas a partir de 1867, ou seja, esteve na gênese da generalidade das forças e serviços de segurança nacionais.

Para estas instituições de segurança interna tudo começou com a criação da GRP de Lisboa, em 10 de dezembro de 1801, e com a nomeação nessa mesma data do seu primeiro comandante, precisamente há 217 anos, que em boa hora estamos a celebrar como «Dia da Fundação».

Notas:

1 Cf. *Guarda Nacional Republicana, Op. Cit.*, pp. 11 e 39.

2 A *Maréchaussée* deu origem em 1791, à *Gendarmerie Nationale*, que integrou o *Guet de Paris*, Corpo de polícia que deu origem à *Garde de Paris* e mais recentemente à *Garde Republicaine*. Citação Cf. LOUSADA, Maria Alexandre, *Op. Cit.* p. 71.

3 O Quartel do Carmo de Lisboa continuou a ocupação policial com a Guarda Municipal de Lisboa, que sucedeu à GRP de Lisboa, sendo ininterruptamente comando dessa Guarda e das que lhe sucederam, desde 1845, até à atualidade.

4 Para além da dupla dependência, nos primeiros anos comunicava também diariamente as ocorrências policiais, diurnas e noturnas, ao ministro de Estado, encarregue da Polícia e Presidente do Real Erário (Finanças), que esteve na gênese do Decreto de criação em 1801.

5 Cf. ANDRADE, Joaquim Miguel de, *Op. Cit.*, p.2.

6 Cf. LOUSADA, Maria Alexandre, *Op. Cit.* p. 72.

7 Citação Cf ANDRADE, Joaquim Miguel de, *Op. Cit.*, p. 43. Sobre este assunto e acerca dos destacamentos da GRP de Lisboa fora da província da Estremadura *Vide* artigo 1.º, Título III e artigos 70.º a 74.º, pp. 108 a 118.

8 Esta Junta assumiu a administração do Estado, no período de 19 de junho a 26 de setembro de 1808, sendo uma nova Regência indigitada, mais tarde, em 2 de janeiro de 1809.

9 *Vide* Conselhos de Guerra realizados no Quartel do Carmo, onde foram julgados os desertores. O alferes Joaquim Miguel de Andrade, anos mais tarde esteve colocado na GRP, no Rio de Janeiro, e posteriormente em 1824, com o posto de capitão editou a *Op. Cit. Memorial de Oficial da Guarda Real da Polícia de Lisboa*.

10 Cf. MARQUES, Fernando Pereira Marques, *Op. Cit.*, p. 87, incluindo citação de autoria de Carlos Selvagem, retirada da sua obra *Portugal Militar*, ed. INCM, 1999, p.491.

11 Cf. relatórios existentes na Biblioteca da GNR, n.º 351.74-PES-5601R, pp. 1-10 e n.º 350.74-POR-5599R, pp. 24-25.

12 «A maioria dos elementos da Guarda partiu para o Norte, juntando-se aos Corpos do Exército que combatiam o invasor», conforme citação constante in *Guarda Nacional Republicana, Op. Cit.*, p. 39.

13 Cf. RODRIGUES, Luís Alberto Filipe, *Op. Cit.*, p. 43.

14 Até 1809 a existência de gendarmarias autónomas só se tinha manifestado em países europeus. Acerca deste assunto *vide Les Gendarmeries Dans le Monde, Op. Cit.*

15 O rei D. João VI assumiu o reinado após a morte de D. Maria I em 1816.

16 Estava incumbida às Guardas de Barreiras a tarefa de darem «*parte de todas as tropas que sahem, e entraõ na Capital*», in ANDRADE, Joaquim Miguel de, *Op. Cit.* p. 53.

17 Cf. ANDRADE, Joaquim Miguel de, *Op. Cit.*, p. 73. Acerca deste assunto *vide*, também, *Fiscalização Fiscal e Aduaneira da Costa, Revista Cit.*, pp. 35-50.

18 Cf. LOUSADA, Maria Alexandre, *Op. Cit.*, pp. 75-76.

19 *Idem*, pp. 76-78.

20 Cf. relatórios existentes na Biblioteca da GNR, cotas n.º 350.74-POR-5599R, pp. 24-25 e n.º 351.74-PES-5601R, pp. 1-10. É também conhecido o plano para a «*Formação de Hum Corpo de Cavallaria que deve fazer a Guarnição da Polícia de Portugal e do Algarve*», na obra publicada em 1821, por José Coelho de Moura, que assentava nas Guarnições militares distribuídas nas Províncias de Lisboa, Trás-os-Montes, Minho, Beira Alta, Beira Alta, Extremadura, Alentejo e Algarve. Os liberais também olharam com desconfiança para as instituições conservado-

ras, como a Igreja e o Exército, que viriam a ser visadas e a sofrer profundas alterações, com destaque para a extinção das ordens religiosas em 1834 e para a reorganização do Exército de 1836.

21 A IGP esteve quase a ser extinta em janeiro de 1822, acabando por sê-lo em novembro de 1833. No ano seguinte, em 26 de maio de 1834, com o fim do absolutismo, foram extintas as GRP de Lisboa e do Porto. Cerca de um mês depois da extinção das GRP o novo regime criou a Guarda Municipal de Lisboa, por Decreto de 3 de julho de 1834 e a do Porto em 24 de agosto de 1835. Paralelamente organizou, pela segunda vez, a GN, por Decreto de 29 de março de 1834, em moldes idênticos aos da fundação, no ano de 1823. A GN saiu reforçada em 1836 com o setembrismo, mas a sua vinculação aos ideais liberais vintistas, em detrimento da ala cartista, liberal conservadora, levou ao seu enfraquecimento em 1838 e à sua definitiva extinção, em 1846/1847, no seguimento da derrota setembrista na Guerra Civil da Patuleia. Acerca deste assunto *Vide* SANTOS, António Pedro Ribeiro dos, *Op. Cit.*, pp.110 a 129.

22 D. Pedro IV, por ser imperador do Brasil, abdicou do Trono em favor de sua filha (futura rainha D. Maria II), outorgando a Carta Constitucional de 1826, estipulando que D. Miguel se comprometesse a casar com a futura rainha, na sua maioridade, e que jurasse a Carta Constitucional.

23 A rainha apoiou movimentações contrarrevolucionárias, entre julho e outubro de 1826, envolvendo portugueses e espanhóis da Junta Apostólica Ibérica, visando federar ambos os países e o Brasil.

24 As divergências liberais evidenciaram-se a partir de junho de 1829, entre liberais moderados, anglófilos, designados por «Palmelistas» e liberais mais radicais, francófilos, designados por «Saldanhistas». Os primeiros sob inspiração do duque de Palmela e os segundos do duque de Saldanha.

25 *Cf.* documentação relativa à GRP constante no Arquivo Histórico Militar, 3.ª Divisão, 40.ª Secção.

26 Instituiu o Corpo de Guardas da Alfândega, através do decreto de 18 de janeiro de 1831 e abriu-se caminho para a reforma administrativa, que extinguirá as Províncias, deixando estas de ser circunscrições militares, comandadas por generais, substituindo-se os generais das armas da Província pelos governadores civis. Nos concelhos seria criado o administrador do Concelho e nas paróquias instituiu-se o regedor da Paróquia (atual presidente da Junta de Freguesia).

27 *Cf.* RODRIGUES, Luís Alberto Filipe, *Op. Cit.*, p. 44 e *Cf. Guarda de Polícia, Revista Cit.*, p. 220. Os intensos combates na batalha de Ponte de Ferreira duraram cerca de 12 horas, entre os cerca de 15 000 miguelistas contra cerca de 6 000 liberais, resultando em quase 2 000 mortos e desaparecidos, dos quais 77% do lado miguelista, que apesar do elevado número de baixas conseguiram o objetivo de impedir a progressão dos liberais para Sul.

28 *Cf.* RODRIGUES, Luís Alberto Filipe, *Op. Cit.*, p. 44 e *Cf. Guarda de Polícia, Revista Cit.*, p. 220

29 *Idem.*

30 *Ibidem.* A convenção de Évora Monte foi assinada em 26 de maio de 1834 e assinalou o fim da Guerra Civil, com definitivo exílio de D. Miguel, assinalando também a extinção das GRP de Lisboa e do Porto.

Bibliografia:

- *200 Anos das Guardas em Portugal*, ed. Especial Revista da Guarda Nacional Republicana *Pela Lei e Pela Grei*, Lisboa, 2001.
- *A Guarda Nacional Republicana*, coord. major Matos Sousa, 5.ª Repartição do Comando-Geral da GNR, ed. Dimencor, Sotcip, Lisboa, 2001.
- ALCOCHETE, Nuno Dupias D', *Le Comte de Novion, Commandant Général de la Garde Royale de la Police de Lisbonne*, ed. Tip. Barbosa e Xavier, Braga, 1975.
- ANDRADE, Joaquim Miguel de, *Memorial de Oficial da Guarda Real da Polícia da Lisboa*, ed. Typografia de António Rodrigues Galhardo, Lisboa, 1824.
- ANDRADE, Nuno, *100 Anos Guarda Nacional Republicana [1911-2011]*, ed. Guerra e Paz, Editores S.A., Lisboa, 2011.
- ANDRADE, Nuno, *Fiscalização Fiscal e Aduaneira da Costa*, in *Revista Pela Lei e Pela Grei*, ed. Gráfica/GNR, n.º 117, pp. 35-50, janeiro-março de 2018.
- CEREZALES, Diego Palacios, *Estado, Régimen y Orden Pública en el Portugal Contemporáneo*, Universidad Complutense de Madrid, Tesis Doctoral, Madrid, 2008.
- *Guarda Municipal e Guarda Nacional Republicana*, in *Revista Alma Nacional*, Lisboa, 1941.
- *Guarda Nacional Republicana*, ed. Comando-Geral da GNR, impresso na Empresa Litográfica do Sul, S.A.R.L, Vila Real da Santo António, 1986.
- *Guarda de Polícia, Século XIX*, in *Revista Defesa Nacional*, Ano XV, n.º 175 e n.º 176, pp. 177-181 e 219-220, novembro e dezembro de 1948.
- *História da Polícia Civil e Militar em Portugal*, ed. Empresa do Almanche Palhares, Lisboa, 1905.
- *Inventário de documentos, Guarda Real de Polícia*, Arquivo Histórico Militar, 3.ª Divisão, 40.ª Secção, n.º AHM/DIV/3/40/3/09, n.º 3/40/4/06 e n.º 3/40/5/0.
- LAPA, Albino, *História da Polícia de Lisboa, vol. I e II*, ed. Comando da Polícia de Segurança Pública, Lisboa, 1942 e 1964.
- *Les Gendarmeries Dans le Monde – de la Révolution Française à nos Jours*, dir. Arnaud-Dominique Houte, Jean-Noel Luc, ed. Les PUPS – L'université Paris-Sorbonne, Paris, 2016.
- LOUSADA, Maria Alexandre, *Espaços de Sociabilidade em Lisboa: Finais do Século XVIII a 1834*, Dissertação de doutoramento em Geografia Humana, FLUL, 1995.
- MARQUES, Fernando Pereira Marques, dir. António Reis, Exército e Sociedade em Portugal, No Declínio do Antigo Regime e Advento do Liberalismo, ed. ALFA, Lisboa, 1989.
- NORONHA, Eduardo de, *Origens da Guarda Nacional Republicana - A Guarda Municipal*, ed. Comando-Geral da GNR, Lisboa, 1950.
- *Relatório e Plano «Formação de Hum Corpo de Cavallaria que deve fazer a Guarnição da Polícia de Portugal e do Algarve»*, in Biblioteca da GNR, n.º 350.74-POR-5599R e n.º 351.74-PES-5601R.
- RODRIGUES, Luís Alberto Filipe, *A Guarda Real da Polícia, Esboço Histórico, I Parte*, in *Origens da Guarda Nacional Republicana*, ed. Tipografia da GNR, Lisboa, 1949.
- SANTOS, António Pedro Ribeiro dos, *O Estado e a Ordem Pública, As Instituições Militares Portuguesas*, ed. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa, 1999.



Por Decreto desta data Senho. Mandado crear huma Guarda Real da Policia de Lisboa, e
Heuy por bem Nomear para Commandante da mesma o Tenente Coronel do Arme Exército Conde
de Novion, Conservando o Soldo de que goza, e a sua antiguidade no Exército, alem do Soldo do
novo exercicio: E Sou servido outro sim que lhe seja paga annualmente cara para sua habitação,
a qual servirá de Quartel General do referido Corpo da Guarda Real da Policia de Lisboa.
O Conselho de Estado Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Guerra, otinha assim
entendido, e faça executar no que lhe toira. Palacio de Queluz em dez de Dezembro de mil oito-
centos e humi. p.

10/12/1801



Nomeação em 10 de dezembro de 1801, do tenente-coronel Jean Victor, conde de Novion, comandante da Guarda Real da Polícia de Lisboa, criada nessa mesma data, com indicação do Quartel-General da GRP e local de sua residência (no Quartel do Largo do Carmo).

Documento assinado pelo príncipe regente, futuro rei D. João VI. Fac-símile existente no Arquivo Histórico da GNR, a partir de original do Arquivo

O MARE veio ao Comando Territorial de Lisboa

Pelo sargento-mor de Cav.²
Jorge Manuel Santos Soares Garcia



A geração do século XXI encontra-se mais sensível para os problemas ecológicos e ambientais, comparativamente às gerações passadas. A criação do Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente da GNR - SEPNA veio contribuir de forma significativa, através da sua atividade de fiscalização no âmbito ambiental, para uma clara melhoria da defesa do ambiente, nomeadamente das espécies protegidas e em vias de extinção e que se encontram assinaladas através da convenção CITES. O aparecimento deste serviço dentro da GNR, para além de exercer a sua atividade perante o incumprimento das leis ambientais praticadas por cidadãos desconhecedores ou não, das leis, veio também, dentro da própria instituição, gerar sentimentos aos seus militares, perante as causas

ambientais e esclarecê-los para estes problemas que não são só nacionais, mas globais, à escala do planeta que todos nós partilhamos, colocando a família da GNR no plano das preocupações ambientais constantes, partilhada com o poder político, investigadores, simples cidadãos ou associações ambientalistas. O abraçar das causas a que o SEPNA se propõe desde o seu início, levou que já vários dos seus militares quisessem aprofundar os seus conhecimentos para além da própria instituição e se tivessem lançado em busca de mais conhecimento, através de licenciaturas e mestrados ambientais, que em boa hora passaram a fazer parte da oferta das universidades.

Foi precisamente do contacto existente ao longo do tempo, entre alunos e ex-alunos militares da nossa

PELA LEI E PELA GREI

instituição, e professores universitários biólogos, que foi abordada a possibilidade de a comunidade científica ver em certas atividades operacionais do SEPNA, um potencial enorme para obtenção de conhecimento do desenvolvimento e comportamento das espécies e dos seus *habitat*.

A pesca ilegal do meixão no rio Tejo foi o ponto de partida para um possível trabalho em conjunto, podendo assim, a Guarda Nacional Republicana e a comunidade científica, entender melhor o Tejo, o desempenho das espécies nele existente e conhecer melhor todo este riquíssimo ecossistema.

Assim e porque é importante os militares saberem o porquê de certas leis de preservação da natureza e o que se pretende atingir com determinadas ações e operações, no passado dia 24 de novembro, no auditório do Comando Territorial de Lisboa, perante uma assistência atenta de militares, quer do SEPNA da unidade, quer de militares do Comando Territorial de Setúbal, Santarém, UI/GIPS e da UCC, recebemos o MARE - Centro de Ciências do Mar e do Ambiente.

O MARE é um centro de investigação científica, de desenvolvimento tecnológico e de inovação, com uma abordagem integradora e holística, concentrando grande diversidade de valências, capacidades e meios, com uma implantação territorial de âmbito nacional que desenvolve as suas atividades de investigação orientadas para os problemas e desafios da sociedade, em estreita parceria com centros de investigação nacionais e internacionais.

O MARE conjuga conhecimentos numa abordagem científica e tecnológica a todos os tipos de ecossistemas aquáticos, desde bacias hidrográficas, estuários e zonas costeiras, ao oceano aberto e mar profundo, num contexto atual de alterações regionais e globais e de impactos antropogénicos cumulativos.

O MARE, através da Professora Doutora Isabel Domingos, da Faculdade de Ciências de Lisboa, e da

Professora Doutora Sónia Seixas, da Universidade Aberta, organizou uma palestra sobre o tema, «A enguia e a pesca ilegal do meixão, problemas de conservação da biodiversidade».

Os militares ficaram então a saber, entre muita outra informação prestada, por exemplo, do compromisso dos Estados europeus, onde existe a enguia europeia, da necessidade de garantirem o regresso ao mar de um determinado valor percentual da espécie *Angilla angilla* e que esta espécie, quando atinge a foz dos rios, apesar de ser denominada de enguia bebé, já tem sensivelmente três anos de vida, e que para regressar ao mar passa ao longo das várias fases de crescimento, por algumas metamorfoses.

Na parte final da palestra houve oportunidade de oradores e assistentes aflorarem ideias para ultrapassar ou minimizar a problemática da pesca ilegal do meixão.

No dia seguinte e já com outro olhar por parte dos militares acerca do rio e para a missão que iam desempenhar, foi a vez do Comando Territorial de Lisboa contribuir para a comunidade científica.

O MARE embarcou connosco na Operação «Enguia prateada», tendo a possibilidade de ver e analisar os efeitos que podem causar às espécies e ao ecossistema, as artes de pesca ilegais utilizadas no rio Tejo.

Aos olhos de quem está vocacionado para a ciência, em conjunto com o *know-how* dos profissionais do SEPNA, reforçou-se a convicção de que a pescada meixão, pelo processo do botirão, para além de ilegal, tem fortes probabilidades de pôr em risco todo o ecossistema que se pretende sustentável e equilibrado.

Passados que foram estes dois dias de partilha de conhecimento mútuo, estou convicto que tanto a GNR, como o MARE, saíram enriquecidos, sendo uma experiência de trabalho a repetir.